



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE OUTUBRO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 14/XVI/1.^a.

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º 298/XVI/1.^a (CDS-PP) — Recomenda o reforço da oferta de cuidados

paliativos, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 309/XVI/1.^a (CH) — Altera a Lei n.º 31/2018, de 18 de julho, de forma a reforçar a gestão e organização da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, garantindo a melhoria contínua da qualidade dos cuidados para doentes em fim de vida e 315/XVI/1.^a (L) — Garante que são remuneradas as

faltas justificadas para assistência a familiares em cuidados paliativos e com os Projetos de Resolução n.ºs [350/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pelo desenvolvimento e melhoria da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, [361/XVI/1.ª](#) (PCP) — Alargamento da resposta pública em cuidados paliativos, [368/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo medidas para os profissionais de saúde da área de cuidados paliativos e [377/XVI/1.ª](#) (BE) — Reforço dos cuidados paliativos no Serviço Nacional de Saúde. Intervieram no debate os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Rui Cristina](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Marisa Matias](#) (BE), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Susana Correia](#) (PS), [Ana Oliveira](#) (PSD), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Mariana Vieira da Silva](#) (PS) e [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, de um grupo de 50 alunos e professores da Escola Profissional do Vale do Tejo, Santarém, e ainda de um grupo de 13 alunos e professores do Agrupamento de Escolas D. João V, Damaia, que foram aplaudidos pela Câmara.

Procedeu-se à discussão dos Projetos de Resolução n.ºs [247/XVI/1.ª](#) (IL) — Pelo reconhecimento internacional de Edmundo González Urrutia como vencedor das eleições presidenciais venezuelanas de dia 28 de julho de 2024, [244/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que tome todas as medidas para defender a democracia e o Estado de Direito na República Bolivariana da Venezuela, [312/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que continue a empreender todos os esforços necessários para garantir a segurança da comunidade portuguesa residente na Venezuela, que continue a acompanhar de perto a situação política no país, que desenvolva a necessária atividade diplomática na defesa da transparência democrática e na garantia da integridade do resultado eleitoral que resultou da escolha do povo venezuelano, não reconheça, neste contexto, Nicolás Maduro como vencedor das eleições presidenciais, defenda, juntamente com a União Europeia e a comunidade internacional, o fim das violações de direitos humanos e na perseguição política na Venezuela, [356/XVI/1.ª](#) (PCP) — Respeito pela soberania da República Bolivariana da Venezuela e expressão de solidariedade com o povo venezuelano, [359/XVI/1.ª](#) (BE) — Pelo respeito da vontade do povo venezuelano e dos seus direitos, liberdades e garantias e [369/XVI/1.ª](#) (L) — Em apoio à luta pela democracia e pela integridade eleitoral na Venezuela. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Rui Rocha](#) (IL), [Manuel Magno](#)

(CH), [Paulo Neves](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Paula de Medeiros](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [João Paulo Rebelo](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL).

Procedeu-se ao debate do Projeto de Resolução n.º [263/XVI/1.ª](#) (CH) — Realização de um referendo sobre o estabelecimento de limites máximos para concessão de autorização de residência e sobre o estabelecimento de quotas de imigração. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Vanessa Barata](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paula Cardoso](#) (PSD), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Filipe](#) (PCP), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L) e [André Ventura](#) (CH).

Procedeu-se à discussão dos Projetos de Resolução n.ºs [160/XVI/1.ª](#) (PSD) — Plano de reflorestação do Parque Natural da Serra da Estrela, [324/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao governo que proceda à implementação do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, dando continuidade aos projetos já aprovados e em curso e aos investimentos programados para a região da Serra da Estrela, [349/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que promova o restauro ecológico urgente do Parque Natural da Serra da Estrela, [357/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a concretização de medidas de revitalização, reflorestação e renaturalização do parque natural da Serra da Estrela, [363/XVI/1.ª](#) (PCP) — Programa de Valorização da Serra da Estrela, [366/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que desenvolva um Plano de Reflorestação para o Parque Natural da Serra da Estrela e [370/XVI/1.ª](#) (L) — Por um Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela mais ambicioso e por maior conservação da natureza. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Dulcineia Catarina Moura](#) (PSD), [Nuno Fazenda](#) (PS), [Nuno Simões de Melo](#) (CH), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [João Ribeiro](#) (CH) e [Ricardo Pinheiro](#) (PS).

Deu-se conta de três Deputados do PSD que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 24 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Muito boa tarde.

Peço às autoridades para fazerem o favor de abrir as galerias ao público que deseje assistir.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira para ler o expediente.

Faça favor.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara de que deu entrada na Mesa, e foi admitido pelo Sr. Presidente, o Projeto de Deliberação n.º 14/XVI/1.^a (PAR) — Suspensão dos trabalhos das comissões parlamentares durante o processo orçamental.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então dar início aos nossos trabalhos.

No primeiro ponto temos a discussão do Projeto de Resolução n.º 298/XVI/1.^a (CDS-PP) — Recomenda o reforço da oferta de cuidados paliativos, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 309/XVI/1.^a (CH) — Altera a Lei n.º 31/2018, de 18 de julho, de forma a reforçar a gestão e organização da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, garantindo a melhoria contínua da qualidade dos cuidados para doentes em fim de vida e 315/XVI/1.^a (L) — Garante que são remuneradas as faltas justificadas para assistência a familiares em cuidados paliativos e com os Projetos de Resolução n.ºs 350/XVI/1.^a (PAN) — Pelo desenvolvimento e melhoria da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, 361/XVI/1.^a (PCP) — Alargamento da resposta pública em cuidados paliativos, 368/XVI/1.^a (L) — Recomenda ao Governo medidas para os profissionais de saúde da área de cuidados paliativos e 377/XVI/1.^a (BE) — Reforço dos cuidados paliativos no Serviço Nacional de Saúde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, para uma intervenção, dispondo de 4 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Falar de cuidados paliativos é falar de cuidados de saúde para aliviar, confortar e tratar as pessoas em final de vida. E ainda estamos muito longe de chegar a todas as pessoas que sofrem; são milhares e milhares de crianças, de jovens, de adultos, de idosos em final de vida.

Mas os cuidados paliativos não podem ser um privilégio só de alguns,...

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... são um direito de todos os portugueses, tal como os demais cuidados de saúde.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É isto que a lei estabelece e é isto que a lei prevê: a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos e a lei dos direitos das pessoas em final de vida, ambas propostas pelo CDS e ambas aprovadas neste Parlamento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sendo um legado do CDS, este combate incansável pelos mais vulneráveis teve sempre na Deputada Isabel Galriça Neto a sua campeã,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... em defesa dos mais desfavorecidos e vulneráveis.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Por isso, quero aproveitar esta oportunidade para prestar uma homenagem ao trabalho extraordinário da Isabel em favor dos cuidados paliativos, dentro e fora do Parlamento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É para honrar este legado, é para honrar este combate, e porque ainda há muito por fazer nos cuidados paliativos, que o CDS apresenta de novo este tema a debate, neste Hemiciclo.

Porque, hoje, 70 % dos portugueses ainda não têm acesso a cuidados paliativos no final da sua vida; porque, no ano passado, metade dos doentes indicados para cuidados paliativos acabaram por morrer antes de haver uma vaga para os tratar; mas, ainda mais grave e chocante, porque, todos os anos, 85 % das mortes de crianças acontecem sem que elas recebam os cuidados paliativos de que precisam: este Governo tem de agir para garantir que todos os portugueses têm acesso aos cuidados paliativos.

Porque não há doentes de segunda, porque não há cuidados de segunda, os cuidados paliativos têm de ser uma prioridade. Quero hoje anunciar que o Governo se comprometeu a criar 400 novas camas para cuidados paliativos até dezembro de 2025.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Este é um primeiro passo importante, que o CDS saúda vivamente, para construirmos um País mais moderno, mais inclusivo e mais solidário.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, no início do ano, o Papa Francisco lembrou-nos de que, nas doenças terminais, não podemos confundir incurável com «incurável», porque não são a mesma coisa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Os cuidados paliativos estão cheios de histórias de frustração ou de gratidão, conforme a perspetiva: de frustração quando o propósito único é curar; mas de gratidão quando a missão é tratar e cuidar.

Ainda neste fim de semana, a propósito do Dia Mundial dos Cuidados Paliativos, li numa manchete que os cuidados paliativos estão cheios de histórias felizes, mesmo daqueles que partiram. É disto mesmo que falamos quando falamos de cuidados paliativos, porque acreditamos num País que cuida, porque queremos um País que trata, porque toda a vida tem dignidade.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cristina, do Chega, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todos os doentes em Portugal merecem mais, mas os doentes com indicação clínica de cuidados paliativos merecem tudo, pois o seu tempo é hoje e não amanhã.

Seis anos após a sua entrada em vigor, a Lei n.º 31/2018 — que, em teoria, visava garantir os direitos fundamentais das pessoas em contexto de doença avançada e em fim de vida e que reforçaria o papel dos cuidados paliativos no SNS (Serviço Nacional de Saúde) — continua por cumprir.

Hoje, constatamos que o cenário que enfrentamos é desolador e reflete o falhanço das políticas do Partido Socialista nos últimos oito anos. Continuamos com uma Rede Nacional de Cuidados Paliativos insuficiente, agravada por desigualdades regionais, especialmente em regiões como o Algarve e o Centro, o que não podemos permitir nem silenciar.

Srs. Deputados, metade dos doentes com necessidades de cuidados paliativos morrem sem terem acesso a esses cuidados. Estamos ao nível de um país de terceiro mundo. Os dados não mentem: a Entidade Reguladora da Saúde revela que 48 % dos doentes referenciados para cuidados paliativos morrem sem terem acesso a esses mesmos cuidados. Perante esta realidade, não podemos continuar a falhar com aqueles que mais necessitam.

O projeto do Chega, o nosso projeto, pretende uma urgente reorganização, profunda e eficaz, que assegure a dignidade e o cuidado a todos os doentes em fase terminal, independentemente da sua localização geográfica; uma gestão mais eficaz dos recursos materiais e humanos, propondo a criação de um grupo de trabalho especializado, no seio da Direção Executiva do SNS, dedicado exclusivamente à gestão da Rede Nacional de Cuidados Paliativos.

Aplausos do CH.

Este grupo de profissionais terá como missão reestruturar, coordenar e gerir a rede, com foco na equidade de acesso e na melhoria da qualidade dos cuidados prestados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a aprovação da proposta do Chega é um passo para restaurar a dignidade dos negligenciados pelos partidos da esquerda, que são os que defendem a morte digna através da eutanásia, mas negligenciam o sofrimento dos doentes em lista de espera para cuidados paliativos.

Aplausos do CH.

Devemos sempre, mas sempre, priorizar a preservação da vida, conforme o Juramento de Hipócrates. O Estado português tem a obrigação e o dever para com os portugueses de investir mais em cuidados de saúde do que na regulamentação da morte.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Todas as pessoas têm o direito de estar acompanhadas, em especial nas alturas mais difíceis da vida, na dor, no sofrimento, na morte.

Ainda recentemente, a Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos, cujo dia mundial se assinalou a 12 de outubro, pediu maior investimento nesta área, referindo a necessidade de os cuidados paliativos deixarem de ser um luxo inacessível e serem entendidos como qualquer outra especialidade de saúde, tratados como uma prioridade dentro do Serviço Nacional de Saúde.

Mais de 100 000 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos, têm necessidade de cuidados paliativos, mas cerca de 70 % não chegam a ter acesso a estes cuidados. Um relatório recente da Entidade Reguladora da Saúde revelou que metade dos doentes referenciados para unidades de cuidados paliativos morre à espera de vaga.

Hoje, o Livre apresenta duas iniciativas que visam garantir um apoio mais alargado e melhorar a resposta no âmbito dos cuidados paliativos. Têm como foco central as pessoas e as suas famílias nestes momentos de grande vulnerabilidade.

Apresentamos um projeto de lei para assegurar que os trabalhadores possam prestar assistência a familiares em cuidados paliativos sem perderem remuneração, respeitando a dignidade e aliviando o impacto financeiro nas famílias. Esta alteração que propomos tem como principal objetivo assegurar que os 30 dias de faltas justificadas para prestar apoio aos doentes não impliquem perda de remuneração, garantindo que os trabalhadores não tenham de escolher dar apoio aos entes queridos nos momentos mais críticos das suas vidas e, com isso, sofrer prejuízos financeiros.

Apresentamos também um projeto de resolução que procura promover a especialização e a capacitação de equipas de saúde em cuidados paliativos, fundamentais para garantir uma resposta de qualidade e um acesso equitativo a estes serviços essenciais.

Estas iniciativas seguem as recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde) e visam colmatar lacunas no sistema, garantindo que os cuidados paliativos são integrados de uma forma efetiva na nossa rede de saúde e respondem às necessidades atuais e futuras das populações.

Os cuidados paliativos devem ser acessíveis a todos os que deles necessitem, promovendo um acompanhamento digno e humanizado em fases avançadas da doença. É fundamental também reforçar a cobertura regional da rede, reduzindo as assimetrias no acesso a este tipo de cuidados e reduzindo as deslocações e hospitalizações desnecessárias por parte das populações que estão menos protegidas pela rede.

O direito a faltas remuneradas já é reconhecido em várias situações de natureza familiar, e a extensão desta proteção aos familiares de doentes em cuidados paliativos é uma questão de justiça social e de respeito pela dignidade humana.

O Livre defende a justiça social e o direito a uma vida digna até ao fim, e estas medidas são essenciais para garantir que as famílias tenham o apoio necessário, tanto financeiro como emocional, enquanto o sistema de saúde se torna mais preparado e inclusivo para responder às necessidades de todas as pessoas.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, dispõe de 2 minutos para uma intervenção.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento o CDS por trazer este tema a debate.

A Rede Nacional de Cuidados Paliativos sabemos que tem hoje graves lacunas e carece de medidas urgentes para dar resposta aos utentes que dela precisam. No entender do PAN, é crucial intervir no sentido de mudarmos o paradigma em que hoje a mesma está assente, nomeadamente, a lógica hospitalocêntrica.

Entendemos que é fundamental termos um alargamento e capacitação das equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos, sejam de adultos ou pediátricas, e, por isso mesmo, propomos não só garantir cuidados de saúde mais humanizados mas também que o próprio utente possa terminar a sua vida e os seus dias na sua casa, quando tal seja possível de compaginar.

Por outro lado, pretendemos que seja trazido menor custo e maior eficiência ao SNS, com a promoção de economias em escala, para que não se ponha em causa o Serviço Nacional de Saúde.

O PAN propõe também trazer uma resposta efetiva em cuidados paliativos pediátricos nas regiões do Alentejo e do Algarve, de forma a pôr fim à necessidade de deslocações de longas horas para assegurar o tratamento destes utentes, especialmente os mais vulneráveis.

Propomos ainda tornar atrativa a carreira nos cuidados paliativos. Ora, se temos, de facto, falta de profissionais, é importante criar incentivos, nomeadamente, a nível da formação e da progressão na carreira para os profissionais de saúde que optem por trabalhar nesta área.

Por fim, queremos também que a transição entre os cuidados paliativos e os cuidados continuados integrados seja mais suave e se faça com base em critérios clínicos, e não nos recursos disponíveis, daí que se proponha uma maior articulação entre a Rede Nacional de Cuidados Paliativos e a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Aquilo que não podemos fazer é confundir conceitos, nomeadamente, o dos cuidados paliativos com outro tipo de necessidades do utente. Queremos, sim, garantir que existem cuidados de saúde mais humanizados, pessoalizados e com benefícios para os utentes, e esperamos, acima de tudo, que seja possível prosseguir este debate na especialidade, com a viabilização das diferentes iniciativas.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, dispondo de 4 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cada vez há mais necessidade de prestação de cuidados paliativos, seja em contexto comunitário, seja em contexto hospitalar, ou mesmo de

cuidados continuados, devido ao acelerado envelhecimento da população, mas também devido ao aumento de doenças como o cancro e outras doenças transmissíveis e não transmissíveis.

É reconhecido que os cuidados paliativos, quando aplicados precocemente, trazem benefícios quer para os doentes quer para as suas famílias, não só pelo adequado controlo e gestão de sintomas como também pela redução da sobrecarga dos familiares. São igualmente benéficos no que diz respeito à diminuição de cuidados, que se reflete na diminuição de idas ao serviço de urgência, na diminuição de reinternamentos e de terapêutica desadequada.

Apesar da criação da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, persistem insuficiências e limitações, com uma resposta muito inferior às necessidades da população, o que resulta num grave sofrimento, que pode e deve ser evitado e reduzido. Aliás, aquando da criação da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, nós acompanhámos esta proposta, mas chamámos, desde logo, a atenção, dizendo que, se não houvesse o adequado investimento para reforçar a resposta pública para alargar a capacidade da rede de cuidados paliativos, os problemas não seriam resolvidos, como a realidade veio a demonstrar. Faltam recursos humanos, materiais, é preciso agilizar a referenciação, é preciso uma maior integração também nos cuidados.

Para o PCP é urgente que o acesso aos cuidados paliativos seja garantido a quem precisa, e de forma precoce, porque são altamente eficazes no alívio da dor e do sofrimento das pessoas que vivem com e são afetadas por doenças que limitam a sua vida, aumentando em muito a sua capacidade de viver plenamente até ao fim da sua vida.

Portanto, aquilo que nós propomos na nossa iniciativa é, naturalmente, o reforço da Rede Nacional de Cuidados Paliativos e de outros serviços públicos, no alívio da dor e do sofrimento das pessoas que vivem com e são afetadas por doenças que limitam a vida, em particular: que se reconheça às pessoas o direito ao acesso e à livre escolha entre os cuidados paliativos, hospitalares e domiciliários, qualquer que seja a sua idade, diagnóstico ou estágio da doença; que as unidades e as equipas sejam dotadas dos recursos humanos suficientes e adequados para assegurar as respostas necessárias; que se reforce o número de equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos e que intervenham, de uma forma articulada, também com as equipas de cuidados continuados integrados; que se reforce a capacidade de resposta pública da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, através do aumento do número de unidades em cuidados paliativos, por forma a dotar o País, até 2026, com um total de 900 camas; que se reforce o apoio também aos cuidadores informais, por forma a dispor de vagas nas estruturas residenciais para idosos, a serem usadas para doentes paliativos não complexos com necessidade de internamento por claudicação familiar.

Sr. Presidente, para concluir, de facto, o investimento nos cuidados paliativos, na capacidade da rede pública, é de uma enorme importância para dar esta resposta aos cidadãos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda, dispondo de 4 minutos.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimentamos o Grupo Parlamentar do CDS por este agendamento.

Quando pensamos em cuidados paliativos, pensamos muitas vezes na administração de fármacos para o alívio da dor, mas os cuidados paliativos são muito mais do que isso.

São também formas de saber lidar com essa fase da vida, aprender a lidar com os sintomas da doença, aprender a encarar o fim da vida, aliviar o sofrimento físico e psicológico, prevenir e lidar com a depressão, a ansiedade ou o medo que tantas vezes se instala — e são-no para quem está em situação de doença grave, assim como para a sua família e os seus mais próximos, porque todos terão de aprender a lidar com a doença.

Isto é a evidência, como é evidência que, com o aumento da esperança média de vida, com o avanço da medicina, que transforma cada vez mais as doenças em crónicas, e com a exigência sobre a humanização dos cuidados, os cuidados paliativos têm de desempenhar um papel cada vez mais importante em qualquer serviço nacional de saúde.

No entanto, em Portugal, ano após ano, o Governo, um a seguir ao outro, marca passo em relação a esta matéria. Talvez considerem que esta população não é prioritária, talvez considerem que não dá votos ou que

não dá dinheiro aos setores da chamada «economia da saúde»; como resultado, Portugal tem hoje 100 000 pessoas a necessitar de cuidados paliativos, e só 30 % têm acesso aos cuidados especializados.

Portugal tem 8000 crianças a necessitar de uma resposta paliativa, mas só existem equipas intra-hospitalares no Porto, em Coimbra e em Lisboa. Das 63 equipas comunitárias previstas, apenas 21 cumprem os requisitos mínimos e a esmagadora maioria das equipas intra-hospitalares continua com uma gritante falta de profissionais.

Não basta dizer que já se fez muito e que se melhorou, que hoje existem mais algumas equipas do que há alguns anos; mas também não basta dizer que é preciso fazer mais e não se concretizar, não se comprometer. O não compromisso tem sido a marca de anos e tem sido uma das razões para, na verdade, pouco ou nada se ter feito.

O Bloco de Esquerda não se contenta com o pouco que se fez nem se satisfaz com o pouco que se compromete. Reconhecemos a importância dos cuidados paliativos e dizemos que, num País com o Serviço Nacional de Saúde universal, não pode haver uma única pessoa que não aceda, assim que necessitar, a cuidados paliativos — quanto mais 100 000 pessoas.

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, trazemos propostas para compromissos concretos e claros, e esperamos que as acompanhem: contratação de todos os profissionais em falta; reforço do número, a nível nacional, de equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos e contratação de todos os profissionais em falta para o pleno funcionamento de todas as equipas existentes; aumento das unidades de internamento em paliativos no Serviço Nacional de Saúde; criação, em mais pontos do País, de equipas pediátricas e intra-hospitalares de suporte em cuidados paliativos; reforço do apoio e intervenção das equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos nas estruturas residenciais para pessoas idosas; e, por fim, mas muito importante, criação e disponibilização de consultas de luto em todos os hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora, então, entrar no ponto das intervenções, após as apresentações dos projetos.

Está inscrito o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos.

Faça favor.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Assegurar um fim de vida sem dor ou sofrimento é algo que nos deve impelir a todos, da esquerda à direita. Saudamos, como tal, esta iniciativa parlamentar do CDS-PP, que procura reforçar a oferta de cuidados paliativos a quem deles precisa ou possa vir a precisar.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Em legislaturas anteriores apresentámos iniciativas semelhantes. Uma delas, proposta pelo então Deputado único João Cotrim Figueiredo, colheu o apoio de muitos partidos que aqui se sentam hoje, entre os quais o próprio CDS-PP, tendo sido inviabilizada devido ao voto contra do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh lá!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Reconhecemos, como tal, a importância do reforço de cuidados paliativos e, em coerência, iremos acompanhar esta proposta do CDS-PP. Mas temos também um dever, uma obrigação moral, sendo nós um partido que acredita na liberdade individual enquanto valor político basilar, de fazer um reparo aos considerandos desta resolução.

A discussão sobre cuidados paliativos não deve ser feita em contraponto ao suicídio assistido. Não são exclusivos; no limite, poderão ser até complementares.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Srs. Deputados, os indivíduos têm o direito inalienável à sua vida e, por conseguinte, têm também o direito de lhe pôr termo, caso assim entendam. Ao não reconhecer este direito, estamos, no limite, a obrigar alguém a viver contra a sua própria vontade, o que atenta à dignidade humana.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Eh!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Perante critérios clinicamente atendíveis, ao negarmos este direito, estamos a destituir as pessoas da sua agência, da sua capacidade de decidir. Ora, uma pessoa sem agência não é um cidadão, uma pessoa sem agência não é um ser político, uma pessoa sem agência não tem existência política, uma pessoa sem agência é um mero servo da vontade alheia, e isso não podemos permitir. Neste ponto não negociamos, não claudicamos.

A Iniciativa Liberal, não obstante concordar com o reforço dos cuidados paliativos, não abdicará de garantir que todos os indivíduos são cidadãos de pleno direito e decidem, em consciência, o que fazer da sua vida e com a sua vida. E, se decidirem viver, deverão ser apoiadas.

Aplausos da IL, do Deputado do PSD Joaquim Barbosa e da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

O Sr. **Presidente**: — Aproveito para informar a Câmara de que, na Galeria I, está a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 50 alunos e professores da Escola Profissional do Vale do Tejo, em Santarém.

Aplausos gerais.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Viva Santarém!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Susana Correia, do Partido Socialista, que dispõe de 6 minutos.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje temos em debate o tema dos cuidados paliativos, um agendamento do CDS, com um projeto que recomenda ao Governo o reforço da oferta em cuidados paliativos, através do Serviço Nacional de Saúde ou através do setor social e do setor privado.

Temos ainda mais seis iniciativas que, de um modo geral, recomendam ao Governo medidas para o alargamento do acesso, para mais rede dos cuidados paliativos, para mais organização e coordenação e capacitação dos recursos humanos.

O acelerado envelhecimento da população e a carga de doença colocam-nos desafios que devem ser acompanhados com medidas que permitam melhorar a gestão e a rapidez do acesso, melhorar a transição entre os diferentes tipos de cuidados, reforçar o atendimento multidisciplinar, aumentar os lugares em cuidados domiciliários, reformar os cuidados de longa duração.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, quanto a estes seis pontos que acabei de referir, não o faço de forma avulsa. Eles fazem parte do plano de envelhecimento ativo e saudável, no pilar «saúde e bem-estar» e no subpilar «cuidados integrados e de longa duração». Fazem ainda parte do primeiro relatório de Portugal em resposta à recomendação do Conselho Europeu sobre cuidados de longa duração. Portanto, compreendemos toda a preocupação apresentada pelos vários partidos sobre este tema.

Este é um momento muito útil para que o atual Governo informe como está o desenvolvimento deste Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável, publicado em janeiro de 2024. Compreendemos a boa intenção do CDS ao recomendar ao Governo que reforce a oferta em cuidados paliativos, portanto, seria muito útil que o CDS também apresentasse uma proposta ao Governo para que concretize este plano de envelhecimento ativo e saudável e aprove o plano de ação para os cuidados de longa duração.

Esta é uma proposta elaborada com o envolvimento de todos os parceiros, com a sua auscultação, e seguindo as recomendações internacionais. Certamente, esta aprovação ainda não foi feita tendo em conta o atraso por causa das eleições legislativas. Não cremos que o atual Governo tenha a intenção de abandonar este plano de envelhecimento ativo e saudável e que possa estar disponível para provocar estragos em todo o trabalho desenvolvido nesta matéria, designadamente, no plano para os cuidados de longa duração.

Portanto, já é hora de o atual Governo dizer qual é o caminho que pretende percorrer nesta temática tão importante, que são os cuidados paliativos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Oliveira, do PSD, que dispõe de 6 minutos.

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: São várias as iniciativas que nos levam a discutir um serviço de saúde do qual cerca de 100 000 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos, necessitam — falamos de cuidados paliativos.

Abordar o tema de cuidados paliativos é falar de cuidados de saúde que proporcionam estabilidade, conforto e qualidade de vida a muitos doentes, numa dimensão holística, tendo a função delicada de atenuar a dor em doenças complexas, além de abrangerem serviços e tratamentos fundamentais no suporte psicológico, tanto para os pacientes como para as suas famílias, ajudando a lidar com a doença, respeitando a dignidade humana, tanto na vida como na ajuda na perceção de um conceito tão duro como é a finitude ou, até mesmo, a saber lidar com o luto.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, infelizmente não podemos fechar os olhos ao que existe no nosso País. O número de pessoas a necessitar destes cuidados é enorme: 70 %, repito, 70 % dos doentes que necessitam destes cuidados não são abrangidos por qualquer tipo de apoio. Além destes dados, um recente relatório da Entidade Reguladora da Saúde identificou que quase metade dos utentes referenciados para as unidades de cuidados paliativos morreram à espera de vaga.

Todos estes dados são assustadores, mas são reais, sendo urgente revertermos todas estas tendências — não podemos ignorar estes factos —, num trabalho que sabemos que não será fácil, mas que é premente e que requer toda a nossa atenção, reforçando que não falamos apenas de um problema de saúde, mas falamos também de uma dimensão social, de segurança e de valor pela vida, que é mais precisa em momentos de enorme fragilidade da sua saúde física e mental.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a importância de uma Rede Nacional de Cuidados Paliativos abrangente e de proximidade é fulcral, essencialmente na concretização de uma melhor qualidade nos cuidados de saúde, na eficiência da sua atuação e na sua igualdade e equidade. Ainda assim, o tempo e as ações, ou a falta delas, nos últimos anos, não nos têm levado a caminhos seguros.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Portugal continua longe de alcançar os números recomendados pela Associação Europeia de Cuidados Paliativos, apresentando apenas metade das camas necessárias para uma cobertura adequada.

A evolução deste processo tem sido mínima. Entre 2018 e 2022, verificou-se apenas um aumento de 39 camas, sendo também de referir que, entre 2021 e 2023, segundo informação da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, os estabelecimentos da rede e a capacidade contratada mantiveram-se inalterados, dando-se o exemplo da região Centro e do Algarve, que não apresentaram ofertas de camas de cuidados paliativos nos últimos anos. Reforçamos que estamos com uma cobertura de cuidados paliativos abaixo do mínimo aceitável.

Perante estas avaliações, pergunto: o que andou a fazer, afinal, o Partido Socialista nos últimos anos? Tudo estava controlado, tudo estava bem encaminhado na saúde. Mas não estava, Srs. Deputados. De facto, havia uma realidade virtual para uns e sofrimento para outros.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Inadmissível! Os cuidados paliativos são um exemplo grave de que a saúde estava frágil e ao abandono. Se, por um lado, existe um país que apresenta uma oferta significativa destes serviços e apoios, os grandes centros urbanos, por outro lado, verificamos um país deserto de serviços

fundamentais de saúde de proximidade e ausente de respostas específicas, como é o caso dos cuidados paliativos.

Quando olhamos para o interior, a situação agrava-se. As assimetrias são gigantes, os serviços de saúde são inexistentes e a tentativa de acesso um verdadeiro transtorno. Quem está no interior tem uma dificuldade, aliás, diria mais, tem muitas vezes uma impossibilidade de se deslocar a determinados tratamentos ou serviços de saúde. Fazer um percurso aparentemente curto torna-se inviável, muitas vezes por dificuldades socioeconómicas ou devido às péssimas redes viárias existentes ou à ausência de transportes públicos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, os cuidados paliativos são uma prioridade para o PSD e para o atual Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Relembro os Srs. Deputados que, na apreciação do último Orçamento do Estado, foi apresentada uma proposta do Partido Social Democrata no sentido de reforçar a Rede Nacional de Cuidados Paliativos, assunto que deveria ser da maior relevância para todos.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — O que é certo é que voltamos a discutir estas questões. Mas, nesse passado recente, a iniciativa foi rejeitada pela então maioria socialista. Por isso, estaremos expectantes relativamente à avaliação que vão fazer destes projetos.

O Programa do Governo apresentou compromissos sérios nestas matérias. O Orçamento do Estado reforça a sua posição, com enfoque no alargamento da capacidade de respostas da Rede Nacional de Cuidados Paliativos e da Rede Nacional de Cuidados Continuados, apoiando a construção e requalificação de infraestruturas de forma integrada, próxima e equitativa. Mas também é necessário relevar a importância da formação de médicos, de enfermeiros, de psicólogos e de tantos outros profissionais,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — ... para garantir cuidados de saúde de qualidade e o acesso aos mesmos.

Os cuidados paliativos são um assunto demasiado sério para continuarmos no reino das palavras, sendo importante passarmos à ação. É isso que o Governo está a fazer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Inscreveu-se, para formular um pedido de esclarecimento, a Sr.^a Deputada Sandra Ribeiro, do Grupo Parlamentar do Chega, embora a Sr.^a Deputada Ana Oliveira não disponha de tempo para responder.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada Sandra Ribeiro. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Sandra Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Ana Oliveira, reforço aquilo que mencionou: o Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Cuidados Paliativos de 2023-2024, elaborado pela Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, sublinha que ainda persiste uma grande desigualdade regional na oferta de cuidados qualitativos em Portugal.

A monitorização realizada pela Entidade Reguladora da Saúde evidencia a falta de recursos adequados e de uma gestão integrada da rede, o que resulta em tempos de espera elevados e inaceitáveis para os doentes que necessitam de cuidados paliativos, particularmente nas regiões do Centro e do Algarve,...

Aplausos do CH.

... o que contribui para uma desigualdade no acesso a cuidados essenciais, prejudicando doentes em fase terminal, que na sua maioria não conseguem receber os cuidados de que necessitam antes de falecerem.

Por outro lado, o número de camas disponíveis nas unidades de cuidados paliativos é significativamente inferior ao recomendado pela Associação Europeia de Cuidados Paliativos, que recomenda entre 80 e 100 camas por milhão de habitantes. Este défice afeta diariamente a capacidade de resposta da rede, sobretudo em áreas de maior carência, como o Algarve e o centro do País.

Além da falta de camas para os doentes, há falhas na articulação dos hospitais com as unidades de cuidados continuados para o encaminhamento dos doentes em fim de vida. Faltam camas e médicos e, bem como a Sr.^a Deputada Ana Oliveira disse, a cobertura de cuidados paliativos está abaixo do aceitável.

Nas equipas intra-hospitalares de suporte a cuidados qualitativos pediátricos, o cenário é pior: há uma em Coimbra, duas em Lisboa e três no Porto. Tudo como está previsto no Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Cuidados Paliativos, e nenhuma apresenta os requisitos mínimos para o seu funcionamento. Nos cuidados pediátricos, são cerca de 8000 crianças que, por ano, têm necessidade de cuidados paliativos. Infelizmente, 85 % das mortes de crianças ocorrem sem que as mesmas tenham recebido os cuidados paliativos que careciam.

É no Algarve e no centro do País que faltam mais unidades e muitas famílias acabam por recusar vagas por não quererem ficar longe dos doentes.

Pergunto: para quando o acesso a um fim de vida digno para aqueles que sofrem?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Por cedência de tempo da Iniciativa Liberal e do CDS-PP, a Sr.^a Deputada Ana Oliveira dispõe de 34 segundos para poder responder, além da tolerância.

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro, gostaria de agradecer a pergunta à Sr.^a Deputada Sandra Ribeiro e, depois, gostaria de dizer, tal como disse da tribuna, que já não estamos no plano das palavras e estamos no plano da ação.

Relembro que a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos veio da altura do Governo do Dr. Passos Coelho e, portanto, o PSD, assim como o CDS, têm um caminho percorrido construtivo relativamente a estas matérias. E existe também, no Orçamento do Estado, esta bandeira de aumentarmos a rede de cuidados continuados e de cuidados paliativos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva, do Partido Socialista. Dispõe de 3 minutos e 5 segundos.

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Para o Partido Socialista, os cuidados paliativos são uma prioridade. Rejeitamos — e rejeitamos em absoluto — qualquer oposição ou contraponto, que é normalmente a razão pela qual o CDS traz este assunto ao debate público, entre cuidados paliativos e direito a uma morte digna, quando é isso que está em causa. E esse é um pressuposto que queria deixar claro neste debate.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não fizemos referência a isso!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Este debate mostrou que nada foi acrescentado, neste último ano, face àquilo que estava previsto no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), e a prioridade que o Partido Socialista atribuiu aos cuidados paliativos faz com que este seja o maior investimento alguma vez feito nesta área.

Aplausos do PS.

Trata-se de um reforço da capacidade de resposta da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, nas vertentes de internamento e ambulatório, aqui referidas, com

400 novas camas, curiosamente o mesmo número que o Sr. Deputado Paulo Nuncio aqui questionou. Mas trata-se também — e é muito relevante que nesta Assembleia isso não tenha sido referido hoje — do reforço da verdadeira capacidade que teremos para dar resposta a esta área, a hospitalização domiciliária, que conheceu nos últimos anos um crescimento sem precedentes, avaliado por todos como fazendo uma verdadeira diferença na vida dos doentes, em particular naqueles que estão em fim de vida. Aí, queria destacar que também há novos lugares em equipas comunitárias de apoio aos cuidados paliativos e novas respostas dos cuidados domiciliários.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, é evidente que o Partido Socialista concorda que a situação ainda é de carência e que há muito trabalho por fazer. Mas governar é escolher e aquilo que este Governo escolheu, tanto no plano de emergência e de transformação, como no Orçamento do Estado, foi fazer zero referências a este assunto, com exceção daquilo que já está no PRR.

Por isso, a escolha que fica visível neste Orçamento do Estado, e é isso que vai marcar o ano de 2025, é que falamos do menor crescimento de investimento do SNS dos últimos anos e que a escolha que o Governo fez foi outra, foi a de apoiar as deduções das empresas com os seguros privados de saúde.

Aplausos do PS.

É que governar é escolher e eu pergunto se algum dos Srs. Deputados do PSD, ou do CDS, sabe quantas camas valeria esta aposta nas deduções fiscais de IRC.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Porque é assim que se avalia a verdadeira prioridade dada aos cuidados paliativos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, inscreveu-se o Sr. Deputado Rui Cristina, do Chega, para formular um pedido de esclarecimento.

Tem a palavra, Sr. Deputado. Dispõe de 49 segundos.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva, acabou de afirmar que os cuidados paliativos são uma prioridade do Partido Socialista. Então, vamos a números e vamos a factos.

Em maio de 2023, a Rede Nacional de Cuidados Paliativos compreendia 403 camas de internamento, ou seja, mais 125 camas, apenas mais 125 camas, do que em 2015. Então, em oito anos de governação, estas mais 125 camas representam aqui a grande prioridade do Partido Socialista? Não me parece.

Aplausos do CH.

Sr.^a Deputada, muito pelo contrário, esta não tem sido a vossa prioridade e quem mais sofre é quem lá está em casa e que precisa de acesso aos cuidados paliativos.

Temos de mudar esta tendência e, como tal, reitero que votem a favor do projeto de lei do Chega, que é uma verdadeira alternativa para se fazer frente às necessidades dos cuidados paliativos em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva, tem 35 segundos para responder, tempo cedido pelo Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço naturalmente ao Bloco de Esquerda esta cedência de tempo.

Sr. Deputado, talvez tivesse dado algum jeito ouvir o que eu disse. A razão pela qual disse que o Partido Socialista tinha atribuído uma grande prioridade a esta área foi o investimento previsto no PRR, que está lá por decisão política, que está neste momento em curso e que, aliás, já foi aqui reivindicado.

Segundo tema, há uma mudança de paradigma na resposta a esta área e todos os especialistas que, no âmbito da Comissão de Saúde, temos ouvido o dizem: nestas situações, a grande resposta é a dos cuidados domiciliários e o aumento dessa rede, primeiro utilizada de forma experimental e depois de forma mais generalizada. É essa a verdadeira resposta!

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É sempre a mesma conversa!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, tem a palavra para uma intervenção. Dispõe de 43 segundos. Faça favor.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Parece-me consensual neste Parlamento que estamos a falar de uma questão que diz muito a todos nós e que é consensual que precisamos de reforçar o investimento em cuidados paliativos e em garantir todas as condições para que as pessoas tenham um final de vida o melhor possível e com a melhor qualidade de vida possível. E isso passa não só por cuidados de saúde, mas também por um acompanhamento e por estarem junto dos seus nos últimos dias de vida.

O Livre faz aqui uma proposta muito clara. A Sr.^a Deputada do PSD dizia que este é o tempo da ação, e há uma ação que nós podemos tomar já. Há ações de longo prazo, como aumentar a rede de cuidados paliativos; mas há uma ação que podemos tomar já, que é garantir que ninguém tem de escolher entre acompanhar os seus familiares que estão em cuidados paliativos e abdicar do seu rendimento. E, portanto, o direito a faltas remuneradas é algo que nós podemos garantir já e apelo a todos...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscrições e enquanto o telefone não toca, dou a conhecer à Câmara que está a assistir, na Galeria II, um grupo de 13 alunos e professores do Agrupamento de Escolas D. João V, Damaia.

Aplausos gerais.

Passamos, pois, ao encerramento do debate, tendo a palavra, para o efeito, o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate é da maior importância para os milhares e milhares de crianças, jovens, adultos e idosos que precisam de alívio, de conforto e de tratamento no final das suas vidas. E os cuidados paliativos não podem ser um privilégio de apenas alguns, são um direito de todos os portugueses. Por isso, agradeço todos os contributos que foram dados durante este debate. Acredito que o reforço dos cuidados paliativos pode merecer a concordância de todos os grupos parlamentares neste Hemiciclo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Quero também agradecer ao Governo e à Sr.^a Ministra da Saúde o compromisso de abrir 400 novas camas para cuidados paliativos até dezembro de 2025.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que está em causa neste debate é o carácter de Portugal, é o carácter da sociedade portuguesa. Se queremos ser um País que trata, se queremos ser um País que cuida, se queremos ser um País

que dá conforto, alívio e dignidade aos que sofrem, temos de fazer dos cuidados paliativos uma prioridade na saúde, e esta prioridade deve merecer o apoio de todas as bancadas parlamentares, a bem dos doentes terminais, a bem dos cuidados paliativos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, passar ao segundo ponto da nossa ordem de trabalhos, com a discussão dos Projetos de Resolução n.ºs 247/XVI/1.^a (IL) — Pelo reconhecimento internacional de Edmundo González Urrutia como vencedor das eleições presidenciais venezuelanas de dia 28 de julho de 2024, 244/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que tome todas as medidas para defender a democracia e o Estado de Direito na República Bolivariana da Venezuela, 312/XVI/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que continue a empreender todos os esforços necessários para garantir a segurança da comunidade portuguesa residente na Venezuela, que continue a acompanhar de perto a situação política no país, que desenvolva a necessária atividade diplomática na defesa da transparência democrática e na garantia da integridade do resultado eleitoral que resultou da escolha do povo venezuelano, não reconheça, neste contexto, Nicolas Maduro como vencedor das eleições presidenciais, defenda, juntamente com a União Europeia e a comunidade internacional, o fim das violações de direitos humanos e na perseguição política na Venezuela, 356/XVI/1.^a (PCP) — Respeito pela soberania da República Bolivariana da Venezuela e expressão de solidariedade com o povo venezuelano, 359/XVI/1.^a (BE) — Pelo respeito da vontade do povo venezuelano e dos seus direitos, liberdades e garantias e 369/XVI/1.^a (L) — Em apoio à luta pela democracia e pela integridade eleitoral na Venezuela.

Para apresentar o projeto da Iniciativa Liberal, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Rocha. Dispõe de 4 minutos.

Pausa.

Pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem, porque, realmente, não há condições para continuarmos os nossos trabalhos.

Pausa.

Vou voltar a repetir: pedia aos Srs. Deputados o favor de se sentarem e de evitarem ao máximo as conversas bilaterais, porque não há condições para se ouvir.

Faça favor, Sr. Deputado Rui Rocha.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há seis meses, celebrámos nesta mesma Assembleia o cinquentenário do 25 de Abril. Agora, hoje, temos a oportunidade de renovar o nosso compromisso com a liberdade e demonstrar que tudo o que foi dito nesse dia, nesta Assembleia, não foram palavras de mera circunstância. Quem ama a liberdade, ama a liberdade para todos, ama a liberdade em todos os países e em todos os lugares.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Quem defende a liberdade para Portugal, tem a obrigação moral de defender a liberdade para a Venezuela.

Aplausos da IL.

O povo venezuelano enfrenta, há décadas, o suplício da ditadura, primeiro às mãos de Chávez, agora às mãos de Maduro: miséria, repressão, tortura, perseguição política, detenções arbitrárias, violência e morte são as marcas do regime tirano. Nada do que possamos fazer supera a coragem daqueles que, no terreno, lutam pela liberdade. Nada do que possamos fazer pode igualar o exemplo de bravura e de dignidade de Maria Corina Machado e daqueles que lutam com ela contra a tirania.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Mas o respeito por esse exemplo, por essa coragem, impõe-nos a obrigação de fazer o pouco que está ao nosso alcance. E está ao nosso alcance reconhecer Edmundo González Urrutia como presidente legítimo da Venezuela.

Há cinco motivos para o Governo português o fazer. Em primeiro lugar, Edmundo González Urrutia ganhou as eleições: as atas provam-no; Maduro perdeu.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Em segundo lugar, o povo português e o povo venezuelano são povos irmãos. São povos irmãos pela comunidade de centenas de milhares de portugueses que construíram a sua vida na Venezuela. E são povos irmãos pela luta pela liberdade, contra a ditadura, que os portugueses fizeram e que os venezuelanos continuam a fazer.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Em terceiro lugar, não há desculpas. Eu sei que alguns vão tentar invocar a defesa da comunidade portuguesa, os consulados, mas a verdade é que o tempo passa e o tempo que passa é o oxigénio dos tiranos.

Em quarto lugar, não pode haver dúvidas. Na votação que aqui vamos fazer, na próxima sexta-feira, cada um assumirá as suas responsabilidades. Mas a decisão é clara: votar contra esta iniciativa que aqui apresentamos é estar ao lado de Nicolás Maduro e também da posição miserável que o PCP tem nesta matéria.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Em quinto lugar, não há mais tempo. É fundamental dar um sinal que contribua para o isolamento internacional de Nicolás Maduro.

Quantas crianças mais, Srs. Deputados, vão ter de ser encarceradas na Venezuela, a mando de Nicolás Maduro? Quantas mulheres grávidas terão de ser violadas? Quantos mais assassinatos terão de acontecer? Quantos mais portugueses terão de ver a sua vida destruída na Venezuela para que tomemos uma decisão?

Hoje temos connosco, nas galerias, Antonio Ledezma...

Aplausos da IL, do PSD, do CH e do CDS-PP (de pé) e de Deputados do PS.

... ex-Presidente da Câmara de Caracas, prisioneiro político, opositor de Maduro, representante oficial de Maria Corina Machado e de Edmundo González.

Protestos do PCP.

Hoje temos connosco José Luis, que tem os seus primos, com 13 e 14 anos, encarcerados numa prisão de delito comum porque passaram ao lado de uma manifestação.

Hoje temos representantes da comunidade venezuelana nas galerias. Temos milhões de venezuelanos com os olhos em nós. Temos centenas de milhares de portugueses que vivem na Venezuela a ver o que aqui vamos fazer.

Srs. Deputados, o que vamos dizer hoje a estes milhões de pessoas que têm a sua esperança posta nos Deputados portugueses? Pela nossa parte, sabemos onde estamos: contra Maduro, pela liberdade.

Srs. Deputados, *hasta el final!* Edmundo presidente, Venezuela *libre!*

Aplausos da IL (de pé), de Deputados do PSD e da Deputada do PS Rosário Gambôa.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O que vale é que o insulto da IL é uma medalha para mim!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, embora compreendendo a emoção, é desejável alguma contenção na relação com as galerias, nesta situação como em todas as outras. Em relação ao primeiro registo, tudo bem, mas o segundo já era desnecessário.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Magno, do Chega. Dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Manuel Magno** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ninguém nesta Câmara ignora a gravidade da crise económica, social e política que se vive na Venezuela.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Manuel Magno** (CH): — Ninguém ignora — nem os partidos que, à minha frente, fazem assessoria de comunicação ao estalinismo — que Nicolás Maduro Moros e a extrema-esquerda venezuelana são tão bons a ganhar eleições democráticas como a extrema-esquerda portuguesa, ou seja, não são, não as ganham.

Aplausos do CH.

Todos aqui sabem que Maduro ameaçou o povo da Venezuela com um banho de sangue e uma guerra civil se não votassem nele. Todos aqui sabem que, apesar disso, os venezuelanos votaram em julho contra Maduro e contra o passado e por Edmundo González pela liberdade e pelo futuro.

Aplausos do CH.

Todos aqui sabem que Maduro não esconde as atas eleitorais por Elon Musk as ter roubado ou *hackeado*. Maduro esconde as atas porque perdeu.

Aplausos do CH.

As atas que a oposição divulgou provam-no. E este Parlamento, da direita à esquerda, do campo democrático ao campo totalitário, sabe-o perfeitamente. Sobretudo, ninguém ignora a onda repressiva com que Maduro respondeu aos milhões que marcharam nas ruas exigindo lisura e transparência no processo eleitoral.

Ninguém pode alegar não saber dos mais de 2300 presos políticos encarcerados desde a fraude. Ninguém pode virar a cara às dezenas, talvez centenas, de mortos nos últimos meses.

Pois bem, se todos aqui sabemos o que está em causa, a divergência não é política, a divergência é moral. Neste Hemiciclo, há quem ache que Portugal deve ser cúmplice da narcocracia de Caracas, e há quem ache que Portugal deve estar com a verdade e a liberdade. A votação do projeto de resolução que o Chega traz a este Parlamento poderá ajudar a definir esta fronteira.

Sr. Presidente, apresentamos este projeto porque Portugal não pode ser conivente com a burla que Maduro tenta impor ao seu País.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Manuel Magno** (CH): — Portugal não pode passar carta *blanca* ao regime de Caracas, não pode reconhecer os falsos resultados eleitorais divulgados por Maduro, até que as autoridades divulguem as atas relevantes e permitam a sua análise por um organismo internacional capaz, independente e credível.

Portugal tem de dizer com firmeza, em todos os fóruns internacionais em que participe, que não colaborará jamais com a violência do regime venezuelano. Estamos e estaremos do outro lado da barricada — eis a mensagem que hoje deve sair claríssima deste Parlamento.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Neves, do PSD, que dispõe de 7 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quando falamos na Venezuela, falamos de milhares de portugueses e de lusodescendentes que vivem neste país latino-americano e que merecem sempre a nossa maior atenção, solidariedade e prioridade. É para eles que vão as minhas primeiras palavras, dizendo-vos que não estão sós, nem nunca estão abandonados.

O PSD, seja na Assembleia da República, seja no Governo da República, ou no Parlamento e no Governo da Madeira, acompanha sempre de perto os nossos portugueses que vivem na Venezuela. O PSD está sempre solidário convosco e com as vossas enormes dificuldades.

É por isso que o Governo da República e o Governo da Região Autónoma da Madeira acompanham e apoiam constantemente as instituições dos nossos emigrantes na Venezuela. Essas instituições ajudam diariamente os portugueses que vivem neste país, em especial os que atravessam maiores dificuldades financeiras, de saúde e sociais. Este apoio constante é o que temos feito e é exatamente o que vamos continuar a fazer.

Aliás, temos redobrado os apoios às nossas comunidades na Venezuela. É uma obrigação moral. Temos também melhorado a mobilidade aérea, com a retoma dos voos diretos entre Caracas e Lisboa e entre Caracas e a Madeira.

Para nós, PSD, os portugueses que vivem na Venezuela não são portugueses de segunda, são portugueses de primeira. Por isso, quando falamos da Venezuela, a nossa prioridade será sempre a defesa dos interesses da nossa comunidade.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, como é evidente, acompanhamos com particular atenção e enorme preocupação o atual momento político na Venezuela. O PSD, seja aqui na Assembleia da República, seja no Governo da República, tem mantido uma posição consistente e bastante clara quanto à situação política pós-eleitoral e mesmo durante todo o processo eleitoral, que incluiu o afastamento de candidatos da oposição às eleições presidenciais. Sempre manifestámos posições firmes e muito claras.

Quanto aos resultados eleitorais, pedimos e insistimos junto das autoridades da Venezuela que publicitem as atas eleitorais com os resultados das recentes eleições presidenciais. Só assim estaremos em condições de conhecer ou de reconhecer qualquer vitória eleitoral. É assim em qualquer democracia. Só podemos, com rigor e por agora, aceitar a vitória de qualquer um dos candidatos quando todos nós tivermos acesso aos verdadeiros resultados eleitorais da consulta popular. Só assim estaremos a falar de um processo eleitoral com características mínimas, democráticas e de transparência.

O PSD deseja para a Venezuela exatamente aquilo que defendemos para Portugal ou para qualquer território do mundo: um regime democrático, com eleições livres e transparentes, com liberdades cidadãs, sem presos políticos ou privados das suas liberdades políticas. Aquando da detenção de um qualquer português por razões que consideramos políticas, temos sido muito claros no seu acompanhamento e no pedido da sua imediata libertação.

Portugal, em estreita colaboração com os seus parceiros internacionais, com o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, e em diálogo direto com os representantes da oposição venezuelana, tem consertado esforços diplomáticos, através do seu Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, para clarificar, de uma forma clara, os resultados eleitorais na Venezuela de forma a superar a atual situação.

Refira-se ainda o diálogo do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros com os seus homólogos do Brasil e da Colômbia, que são Estados regionais com um papel decisivo de possível mediação da crise venezuelana e que partilham o mesmo compromisso de apelo à transparência eleitoral, exatamente como nós. Portugal apoia, em particular, a iniciativa conjunta do Brasil, da Colômbia e do México, que visa reunir as partes venezuelanas e promover uma solução pacífica que garanta o respeito pela vontade popular.

A par destas exigências políticas, para nós absolutamente lógicas, básicas e naturais, a nossa prioridade — repito, a nossa prioridade — será sempre a nossa comunidade que vive na Venezuela. À sua disposição, temos no terreno diplomatas e técnicos, na embaixada em Caracas, nos vários consulados ao longo do país e nas muitas igrejas e instituições da própria comunidade. São pessoas, técnicos e diplomatas, que fazem um trabalho que merece o nosso aplauso, o nosso incentivo e a nossa profunda solidariedade, até porque trabalham, na

maior parte das vezes, em condições dificílimas. Estas são redes fundamentais de apoio à nossa comunidade, que nunca poderemos perder, e nunca — repito, nunca — deveremos ter atitudes que as possam pôr em perigo.

Esta posição coerente e responsável é paralela à denúncia e aos desejos de uma normalidade política na Venezuela.

Lembro, e termino, que a nossa comunidade será sempre a nossa prioridade. Estarão sempre nas nossas ações e também nos nossos pensamentos. Nunca estarão sozinhos e nunca estarão abandonados. Nunca!

Aplausos do PSD.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O CDS estava distraído, não aplaudiu.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Vai-se acabar a coligação!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, que dispõe de 4 minutos. Faça favor, Sr.^a Deputada.

Pausa.

A Sr.^a Deputada só vai começar a falar quando tiver condições.

Pausa.

Sr.^a Deputada, faça favor. Dispõe de 4 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O que pretendem debater hoje não é o respeito pela vontade do povo venezuelano,...

Protestos do CH, da IL e do CDS-PP.

... não é o respeito pela soberania e independência dos venezuelanos para tomar as suas decisões e o rumo que pretendem para o seu país.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — O que pretendem debater, ao arripio do artigo 7.^o da Constituição da República Portuguesa,...

Protestos de Deputados do CH.

... que determina os princípios das relações internacionais, é como vão dar a mão a um movimento golpista de extrema-direita para chegar ao poder, mesmo contra a vontade do povo venezuelano.

Protestos do CH, da IL e do CDS-PP.

Isso é inaceitável! Constitui um profundo desrespeito e uma ingerência na vida interna de um país soberano: a Venezuela. É o debate de quem não se conforma com as transformações políticas e sociais na Venezuela;...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Meu Deus!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... de quem não se conforma com a decisão soberana do povo venezuelano de ter afastado a oligarquia e a subserviência e de ter assumido a sua soberania;...

Protestos do CH.

... de quem não se conforma por o povo venezuelano ter eleito Hugo Chávez em 1998,...

Vozes do CH: — Vergonha!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... que impediu o golpe de Estado em 2000, e de quem continua a escolher um caminho diferente daquele que lhe querem impor.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Querem prosseguir a campanha de ingerência, iniciada no período pré-eleitoral, para colocar em causa a decisão do povo venezuelano.

Protestos do CH.

Já se estava a ver, muito antes, que estava em curso uma operação com grande divulgação mediática para colocar em causa o processo eleitoral e não reconhecer os resultados na Venezuela, como se veio a confirmar — processo eleitoral assente nos mesmos procedimentos prosseguidos anteriormente e que não suscitaram dúvidas.

Para dar um rosto, arranjaram um figurante de turno. No passado, foi Juan Guaidó, que se autoproclamou presidente da Venezuela,...

Protestos do CH.

... chegando a ser reconhecido pela administração Trump e pela União Europeia.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Grande lata!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Era um agente da CIA.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Agora é Edmundo González que, até ao momento, foi escolhido para esse papel.

O presidente da Venezuela não é quem os Estados Unidos da América e a União Europeia escolhem, é quem obtém a maioria dos votos.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada, um segundo.

Continuação de protestos do CH.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Oiçam. Querem ganhar na secretaria!

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Respeitem a vontade do povo venezuelano!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, nós consideramo-nos um referencial de democracia. Ao considerarmos um referencial de democracia, o princípio básico é ouvirmos as opiniões dos outros, mesmo que diferentes das nossas. Portanto, temos agora de ouvir a palavra da Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Onde é que o comunismo é uma democracia? Devia ser como na Polónia!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Paula Santos, quando a Sr.^a Deputada Rita Matias se calar, pode falar.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não era a única que estava a falar!

O Sr. **Presidente**: — Não, Sr. Deputado, acho que, se reclamamos a democracia para os outros, temos de a praticar cá exatamente como ela deve ser: ouvirmos as opiniões de todos, nas condições iguais para todos.

Aplausos do PS, do BE, do PCP e do L e de Deputados do PSD.

É assim, é assim! Interromperei sempre que necessário, se a Sr.^a Deputada não puder falar.
Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Os que alinham no desrespeito pela vontade do povo venezuelano são cúmplices da operação de ingerência e destabilização na Venezuela, da sabotagem económica, de sanções, bloqueios comerciais e roubos de imensos bens e recursos do Estado venezuelano, que atingem as condições de vida dos venezuelanos e da comunidade portuguesa na Venezuela. Não perceber isto é alinhar com a extrema-direita venezuelana e é subjugar-se ao domínio do imperialismo norte-americano pela posse dos recursos da Venezuela.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exatamente!

Protestos do CH.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — A democracia defende-se respeitando a soberania da Venezuela e a vontade do seu povo, reconhecendo a sua escolha, respeitando os resultados eleitorais e as decisões das instituições políticas e judiciais legítimas da Venezuela.

A democracia defende-se condenando a ingerência e a destabilização externa contra a Venezuela e procedendo ao levantamento do bloqueio económico e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra o povo venezuelano, que atinge igualmente a comunidade portuguesa na Venezuela e constitui uma flagrante violação dos princípios da Carta das Nações Unidas...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... e do direito internacional, incluindo a devolução dos ativos roubados à Venezuela pelos Estados Unidos e outros países, nomeadamente os 1500 milhões de euros retidos pelo Novo Banco.

A democracia defende-se expressando a solidariedade com o povo venezuelano, respeitando o seu direito de determinar soberanamente e em paz o seu caminho e a sua aspiração à construção de um futuro melhor numa Venezuela soberana de paz, desenvolvimento, justiça e progresso social.

Aplausos do PCP.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento por parte da Sr.^a Deputada Paula de Medeiros, do Partido Social Democrata, que dispõe de 1 minuto e 16 segundos para o fazer. Faça favor.

A Sr. **Paula de Medeiros** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, a minha pergunta para si é a seguinte: ao falar-nos na soberania de um povo, por acaso tem os registos das atas eleitorais?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Uma outra questão muito breve: o que é que acha da posição dos comunistas da Venezuela de não apoiarem Maduro?

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Paula Santos não tem tempo para poder esclarecer a pergunta.

Vozes do CH: — Oh!...

O Sr. **Presidente**: — Portanto, vou passar...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Grupo Parlamentar do Chega dá 5 segundos ao PCP.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Então, não responde?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Vocês não querem ouvir a resposta!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Chega também é comunista na Venezuela.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos uma próxima intervenção. Agora vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua.

Protestos do CH.

Os Srs. Deputados sabem que, se for preciso, interrompo os trabalhos por tempo suficiente para irem espalhar-se lá fora e voltarem todos numa situação mais tranquila.

Pausa.

Portanto, vamos ouvir agora a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 4 minutos para uma intervenção.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em 2017, dissemos que o chavismo passou de um projeto do povo a uma ditadura de caudilho e que nenhum democrata do mundo poderia pactuar com isso. A única saída democrática — dissemos na altura —, aquela que era exigida pelo povo venezuelano, era a realização de eleições livres. Pouco mudou desde então relativamente à exigência de eleições livres.

Como denunciou o Partido Comunista venezuelano, quando, em 2020, rompeu com o regime de Maduro, com o Governo de Maduro, a repressão sobre os trabalhadores, a corrupção institucionalizada e os ataques às liberdades do povo venezuelano não podem ser justificados como a outra face da ingerência externa e do golpismo de extrema-direita que, sim, infelizmente, marcaram e marcam a história da América Latina.

A realização das eleições de 28 de julho era o grito do povo e o grito de um povo que quer ser livre. No entanto, essas eleições não corresponderam a esse grito que pedia liberdade e não cumpriram critérios mínimos de transparência ou de legalidade para que possam ser reconhecidas internacionalmente.

Estamos solidários com os nossos camaradas da Marea Socialista e do Partido Comunista venezuelano, que estão a ser perseguidos pelo regime de Maduro.

Aplausos do BE.

Estamos solidários com as posições da Colômbia, do Brasil, do Chile, que exigem transparência e a divulgação das atas eleitorais para reconhecerem os resultados eleitorais da Venezuela.

Propomos a condenação de toda a violência, de toda a repressão de manifestações pacíficas e apelamos à libertação de todos os presos políticos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, se a vontade do povo venezuelano foi sequestrada, não nos cabe a nós substituí-la; cabe-nos apenas exigir que seja respeitada.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 4 minutos para o efeito.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, tanto concidadãos portugueses como também os nossos amigos venezuelanos que assistem a esta sessão plenária, muito bem-vindos à Casa da democracia em Portugal, e apoiamos a democracia na Venezuela também.

Caras e Caros Colegas, não há nada tão parecido com um regime autoritário do que outro regime autoritário. Não há nada tão parecido com a língua de pau de um embaixador que defende um regime autoritário, o que quer que seja que esse regime autoritário diga sobre si mesmo, como a língua de pau de outro diplomata que defende outro regime autoritário, que, por acaso, seja de sinal político diametralmente oposto.

As pessoas que sobem nas estruturas dos regimes autoritários são iguais num lado e no outro, dizem-nos o mesmo tipo de coisas, tentam dar-nos a volta da mesma maneira, e uma fraude eleitoral, então aí não há nada tão parecido com uma fraude eleitoral, com uma farsa eleitoral, quanto outra farsa eleitoral.

Portanto, a farsa eleitoral na Venezuela, nós condenamo-la e estamos muito à vontade para o fazer. Desde o início que o Livre, enquanto partido de esquerda, das liberdades, dos direitos humanos, de um projeto de cidadania global, é um partido que defende os direitos humanos em todo o lado, tal como diz que uma violação de direitos humanos é uma violação de direitos humanos seja em que lado for. Não há nada tão parecido com uma violação de direitos humanos perpetrada por um Governo que se diga de esquerda como uma violação de direitos humanos perpetrada por um Governo que se diga de direita.

E estou particularmente à vontade para o dizer, porque, em 2010, no Parlamento Europeu, um dos meus primeiros atos naquele Parlamento foi o de assinar uma resolução sobre violação de direitos humanos na Venezuela, tal como redigi uma resolução sobre a prisão do artista Ai Weiwei na China, tal como, na mesma altura, comecei um relatório sobre violações ao Estado de direito na Hungria. O que se passa é que alguns, que só gostavam de algumas destas resoluções, atacavam muito outros que só gostavam de outras resoluções.

Fala-se muito de hipocrisia nesta Casa,...

Protestos do CH.

... mas deixemo-nos de hipocrisias. Nem o povo da Venezuela, nem o povo de nenhum regime autoritário, merece ser utilizado para joguinhos partidários internos dos países, para apanhar em contradição este ou aquele partido.

Nenhuma causa de direitos humanos, nenhuma causa da defesa da liberdade em qualquer país que seja, merece a conversa subsequente que a seguir se faz aqui no Plenário, que é: «Eu não aceito lições de democracia de ninguém, não aceito lições de direitos humanos de ninguém.»

Na verdade, se não aceitarmos, todos, lições de democracia de alguém, lições de direitos humanos de alguém, nunca aprendemos. Digo perfeitamente à vontade que aprendo e que evoluo com as lições de democracia que outros me dão, porque a democracia é uma matéria que só se aprende com lições dos outros.

Os Srs. Deputados do Chega é que ficam sempre muito nervosos com isso não sei porquê.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porque é que se está a meter connosco? Está tudo calado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Livre apresenta um projeto de resolução cujos objetivos são: a solidariedade prática e eficaz junto dos cidadãos da Venezuela que lutam pela democracia e pela liberdade; a renovação dos mandatos das organizações internacionais; o apelo pelo respeito do direito internacional e a integridade eleitoral na Venezuela em todos os fóruns internacionais em que Portugal está; a não substituição das suas instituições.

Também Humberto Delgado ganhou eleições em Portugal, também Humberto Delgado andou pelo mundo exilado, como líder da oposição em Portugal, e também aí não precisámos que nos substituíssem, a nós e ao nosso povo, para que a democracia triunfasse em Portugal, como triunfará, estou certo, na Venezuela.

Aplausos do L e da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Protestos de Deputados do CH e contraprotestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos então passar para a fase seguinte deste debate.

Dou a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Rebelo, do Partido Socialista, que dispõe de 6 minutos para intervir.

Continuação dos protestos de Deputados do CH e contraprotestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E as contas do Livre? Quem é que anda a «bancar» o Livre?!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, depois deste pingue-pongue entre o Chega e o Livre, e depois dos devidos cumprimentos, vamos, então, ouvir o Sr. Deputado João Paulo Rebelo, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Com os projetos hoje em discussão, estamos, no fundo, a discutir a situação política na Venezuela, que deriva dos resultados conhecidos das eleições que se realizaram em 28 de julho, cujo povo queremos, desde já, saudar, não só pela participação eleitoral histórica, mas também pela forma pacífica como essa participação foi feita.

Sobre o processo eleitoral no seu todo, a posição do Partido Socialista tem sido muito clara. Aliás, tomámo-la no dia imediatamente a seguir ao ato eleitoral. Manifestámos grande preocupação e apreensão face aos resultados que foram divulgados, apelando à total transparência do processo eleitoral, nomeadamente exigindo a divulgação das atas eleitorais, dos respetivos e efetivos resultados, bem como de todos e quaisquer documentos das assembleias de voto que contribuíssem para o total esclarecimento dos resultados eleitorais.

Mas o problema, infelizmente, não começa com a divulgação dos resultados eleitorais no dia 28 de julho. Não podemos, de forma alguma, ignorar todo o contexto pré-eleitoral. Não podemos ignorar e, sobretudo, deixar de condenar a decisão das autoridades venezuelanas que impediu María Corina Machado de concorrer às eleições presidenciais.

Aplausos do PS e do Deputado da IL Carlos Guimarães Pinto.

Não podemos ignorar e deixar de condenar os persistentes atentados aos direitos fundamentais e a repressão política com recurso a força excessiva.

Não podemos ignorar e deixar de condenar as dificuldades que foram colocadas aos representantes da oposição para poderem disputar as eleições em condições mínimas de igualdade, o que, em si, muito contribuiu para a fragilização de todo o processo eleitoral.

Não podemos ignorar e deixar de condenar, por fim, todas as dificuldades criadas pelas autoridades venezuelanas, que impediram de votar milhões de venezuelanos que vivem fora do país, entre os quais muitos luso-venezuelanos residentes em Portugal.

A este respeito, é fundamental recordar que apenas cerca de 69 000 venezuelanos residentes no estrangeiro estavam habilitados a votar nestas eleições. Este número, que é bem menor que o número que conhecemos das últimas eleições, que foi cerca de 110 000 eleitores habilitados a votar, representa, como sabemos, uma pequena, mas muito pequena fração dos cerca de 7 milhões que emigraram nos últimos anos devido à crise económica, social e política.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não nos coibimos de condenar e manifestar a nossa preocupação com a situação que se vive naquele país, como aliás, fizemos, mas é importante que se garanta a necessária ponderação quando se aborda a relação entre Portugal e a Venezuela.

Não nos esqueçamos, nunca, do valor da vida e do respeito que nos merecem os quase 400 000 portugueses, que, acima de quaisquer disputas ideológicas, mais à esquerda ou mais à direita, devem ser, em primeiro lugar, a nossa grande e maior preocupação, a nossa primeira prioridade, porque eles personificam o interesse nacional.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, é essencial garantir que a diplomacia portuguesa continua a ser eficaz e influente em Caracas. Preservar a nossa capacidade de influência estratégica é fundamental para garantir a segurança, a proteção e o apoio à comunidade portuguesa na Venezuela. Falamos da segunda maior comunidade portuguesa e lusodescendente presente na América Latina, logo a seguir à nossa comunidade no Brasil.

É por estas razões que Portugal assume, em especial no contexto europeu, responsabilidades adicionais relativamente à Venezuela, e esse espaço de influência deve ser preservado, porque é, verdadeiramente, do interesse nacional.

Dito isto, perante as iniciativas que aqui discutimos, não podemos deixar de lamentar que algumas, poucas, forças políticas estejam mais preocupadas em retirar do sofrimento do povo venezuelano e da comunidade portuguesa ganhos políticos e eleitorais, com uma retórica belicista, que nada contribui para a resolução efetiva dos seus problemas.

São todas estas dúvidas e inconsistências que suscitam o processo e os resultados eleitorais que nos levam a suspeitar que o candidato que se autoproclama vencedor das eleições não as ganhou.

Também não nos parece prudente, nesta fase, reconhecer a vitória de Edmundo González, como pretende a Iniciativa Liberal, por exemplo, o que pode parecer uma coisa relativamente óbvia, mas que a experiência passada já provou ser contraproducente, com mais desvantagens do que benefícios. Aliás, nem a própria União Europeia, a nível do seu Conselho, desta vez, foi atrás dessa tentativa de proclamação.

Mais: mesmo Espanha,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Grande exemplo!...

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — ... que até acolhe Edmundo González como exilado político, não o reconheceu como vencedor das eleições.

O que não deixamos de exigir, uma vez mais, é que se respeite a vontade expressa nas urnas pelo povo venezuelano que votou a 28 de julho, que se respeite o acesso por observadores externos independentes, nomeadamente da União Europeia e das Nações Unidas, e que se respeite o direito de todos os venezuelanos a manifestarem-se de forma pacífica, sem repressão ou tensões arbitrárias.

O que não deixamos de exigir é que o Governo português seja responsável, como tem sido a política externa na sua continuidade, e que faça tudo o que está ao seu alcance para garantir o necessário apoio diplomático, consular e social à comunidade portuguesa e lusodescendente na Venezuela.

Ao povo venezuelano e, em especial, à comunidade portuguesa lusodescendente, o Partido Socialista nunca falhou quando esteve no Governo, nem nunca faltará enquanto estiver na oposição.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento.

Pausa.

Peço desculpa, afinal um dos pedidos é para uma interpelação à Mesa. Foi mal interpretado pelo Sr. Secretário.

Faça favor, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, é para informar que faremos chegar à Mesa, para que possa ser distribuída pelos grupos parlamentares, em especial ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, esta informação sobre a decisão das Cortes espanholas, do Parlamento espanhol, de reconhecer Edmundo González como presidente eleito.

Aplausos da IL.

Protestos de Deputados do PS.

Já não estão no Governo! Isto aqui é o Parlamento!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Rei de Espanha também ganhou as eleições!...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, só para facilitar, quando a interpelação é à Mesa, deve solicitá-lo diretamente, porque baralha se for pelo telefone, que não é habitual.

O Sr. Deputado João Paulo Rebelo tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Paulo Neves, do Partido Social Democrata, que dispõe de 52 segundos. O Sr. Deputado João Paulo Rebelo já não tem tempo, por isso, irá esclarecer noutra ocasião.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Paulo Rebelo, percebemos, pela sua intervenção, que comungamos da total solidariedade com o povo da Venezuela no geral e com os portugueses em particular.

Também percebi pela sua intervenção que comungamos da condenação à violação dos direitos do Homem a existir na Venezuela e da exigência da transparência no processo eleitoral, que é isso que nós defendemos para qualquer sítio do mundo. Naturalmente, só reconhecemos eleições, se tivermos conhecimento dos resultados dessas eleições. Acompanhamos também a sua intervenção.

A pergunta era a de saber se nos acompanhava nesta pressão ao regime para que dê a conhecer os resultados eleitorais legítimos do povo venezuelano.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O BE não teu tempo ao PS? São tão amigos!...

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP, que também dispõe de 3 minutos para uma intervenção.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O CDS vota como o PSD e fala como o Chega!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar também os representantes da Venezuela livre, hoje presentes nas galerias deste Parlamento.

O regime bolivariano é uma daquelas democracias populares em que a vontade do povo é confundida com a vontade do líder.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Esta é a prática comum de pessoas como Nicolás Maduro e outros notáveis democratas, como os líderes da Rússia, da Bielorrússia e da comunista Coreia do Norte, todos apoiados em Portugal pelo também totalitário Partido Comunista Português.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mas como nós vivemos numa verdadeira democracia, sabemos que quem ganha eleições de forma legítima não usa a força sobre os eleitores para o provar, a não ser que essas eleições não sejam tão livres e justas, não permitindo, por exemplo, que ganhe quem não está no poder.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Só assim se percebe o porquê do terrorismo de Estado que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos já denunciou na Venezuela. É terrorismo de Estado a perseguição de políticos, ativistas e jornalistas não alinhados com o regime venezuelano. É terrorismo de Estado a manipulação do poder judicial para fins políticos. É terrorismo de Estado a repressão violenta e as detenções arbitrárias de opositores, devendo os presos políticos ser todos libertados de imediato.

É uma vergonha a posição do Partido Comunista Português nesta matéria, Srs. Deputados, e é inaceitável a violação de direitos humanos de que Nicolás Maduro faz uso sistemático e recorrente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos de aguardar pela confirmação isenta de todas as atas eleitorais para confirmar os resultados das eleições do último dia 28 de julho. Mas não temos dúvidas: não podemos reconhecer os resultados divulgados pela Comissão Nacional Eleitoral e não podemos reconhecer a fraude de Nicolás Maduro no ato eleitoral.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Respeitar a soberania do povo venezuelano a isso obriga. Respeitar os princípios fundamentais do Estado de direito a isso obriga. Respeitar os direitos humanos a isso obriga.

O CDS é um partido fundador da democracia portuguesa. Não contam connosco para branquear os crimes de autocratas ou para legitimar fraudes eleitorais ou atropelos à democracia.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Netanyahu!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Com José Eduardo dos Santos e Netanyahu está tudo bem!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e contraprotestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Pacheco de Amorim, do Chega, que dispõe de 2 minutos e 41 segundos.

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A situação que se vive na Venezuela é um bom ponto de partida para algumas notas breves.

Neste momento, e apenas na América Central e do Sul, existem três florescentes ditaduras, na Venezuela, Cuba e Nicarágua, todas de extrema-esquerda, qualquer que seja a máscara que usem.

Aplausos do CH.

Mas, sobre todas elas, a totalidade da comunicação social, a eficientíssima ONU (Organização das Nações Unidas) e a omnipresente comunidade internacional, seja lá o que isso for, guardam o mais hermético silêncio.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Se passamos ao Próximo e Médio Oriente, teocracias radicais executam inimigos vários, opositores ao regime, passando por homossexuais e terminando em mulheres que se recusam a amortilhar-se em vida e a andar curvadas na rua, três passos atrás dos seus donos.

De parte da comunicação social, da tal comunidade internacional dos coletivos LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transgénero e intersexo), dos movimentos feministas e da eficientíssima ONU, há o mesmo sepulcral silêncio.

Aplausos do CH.

Isto para não passarmos à África subsaariana ou à Ásia, continente onde brilha essa estrela paleoestalinista que reina sobre a Coreia do Norte.

Mas nada. Para a comunicação social, para a nebulosa comunidade internacional e a eficiente ONU, em todo esse largo mundo aqui descrito, nada, não se passa nada.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Ou passa, mas apenas nas redes sociais, essas terríveis fontes de *fake news*, onde se vão conhecendo as inúmeras atrocidades desses neoestalinistas, petrotiranos e narcoditadores.

Aplausos do CH.

Mas não, dizem-nos, o perigo não está no esquerdismo extremo, nem no islamoesquerdismo. O perigo, metralham-nos todos os dias, a toda a hora, a comunicação social, a comunidade internacional e a eficientíssima ONU, está na extrema-direita.

E aqui surge uma primeira pergunta. Mas então onde existe uma ditadura de extrema-direita? Em Itália? Na Hungria? Na Argentina? Na Holanda?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Na Hungria está tudo tranquilo! Financiam os vossos partidos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês não podem falar muito!

Protestos do L e contraprotestos do CH.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, por favor, deixar ouvir o orador.

Continuação de protestos de Deputados do CH.

A própria bancada do Sr. Deputado e Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim pode, por favor, deixar ouvir o orador?

Pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Esses países que referi são hoje governados por partidos dessa suposta e mítica extrema-direita. Mas aqui fica a pergunta, que é também, por si só, uma resposta: alguém teve, em qualquer um desses países, de exigir as atas das respetivas eleições?

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Rússia!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Pois, é aqui que reside toda a diferença do mundo. Esse abismo...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH, de pé.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Depois é o Trump a entrar no Capitólio!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Bem sabemos que, na história contemporânea, são poucas as alturas em que o povo venezuelano experienciou verdadeiramente uma democracia de paz e de segurança. Saudamos, por isso, a Iniciativa Liberal por nos trazer este tema a debate.

Aliás, não deixa de ser verdade que os venezuelanos viram o seu direito à emancipação e independência negado durante várias décadas, devido a sucessivos golpes de Estado e ingerências externas na sua política interna. É igualmente verdade que se têm protagonizado graves violações de direitos humanos e ofensas à liberdade de expressão na Venezuela. O próprio regime não tem dado descanso ao seu povo.

As eleições de julho deste ano surgem, assim, como um caso flagrante, que deve preocupar qualquer pessoa, nomeadamente naquilo que diz respeito à reposição da democracia. É, por isso, importante garantir que exista uma reposição da transparência e do escrutínio político no apuramento do resultado eleitoral, num processo eleitoral dúbio em que Nicolás Maduro foi declarado vencedor, pelo Conselho Nacional Eleitoral, na Venezuela, com 51 % dos votos, apesar de faltarem contar ainda 20 % dos votos e à revelia de qualquer tipo de certificação democrática.

Por isso, o PAN entende que é importante garantir que o povo venezuelano possa decidir sobre o seu futuro — por isso, não estamos a ingerir sobre qualquer tipo de autodeterminação dos povos. Além disso, importa garantir o apuramento, com toda a transparência e verdade, sobre os...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Não temos mais intervenções neste debate e, sendo assim, passamos ao encerramento.

Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Peço desculpa, Sr.^a Presidente, queria usar os 6 segundos que nos restam para numa intervenção curtíssima. Não fui a tempo de me inscrever pelo telefone. Peço desculpa.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito bem. Não se inscreveu, de facto, a tempo, mas julgo que todos compreendemos isso.

Sr. Deputado Rui Tavares, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Peço desculpa à Câmara pelo imprevisto.

Queria apenas notar que ou nos regemos por argumentos de reconhecer uma eleição, um resultado — independentemente do que dizem instituições nacionais e internacionais, independentemente de adequação — , ou não.

Gostaria de perceber como é que se pode ser pelo reconhecimento da presidência na Venezuela e contra o reconhecimento da independência da Palestina.

Aplausos do L.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O que é que uma coisa tem a ver com a outra?!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Confirmando que não temos mais inscrições, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, tem a palavra para o encerramento. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me, excecionalmente, dirigir um cumprimento muito especial aos venezuelanos que estão nas galerias. Muito obrigado pela vossa presença.

Aplausos da IL e do Deputado do L Rui Tavares.

Edmundo González Urrutia venceu as eleições presidenciais de 28 de julho de 2024.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Como é que sabe?!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Edmundo é o legítimo Presidente da Venezuela, foi esta a vontade do povo venezuelano.

Isto não é uma questão de «achismos»: isto são factos. São os factos que o demonstram e, por isso, recordemos os factos.

O regime de Maduro incumpriu os Acordos de Barbados. Candidatos foram impedidos de o ser, com destaque para Maria Corina Machado. A repressão do regime é de tal forma, que Maria Corina Machado há meses que não dorme no mesmo sítio duas noites seguidas.

Este regime tudo fez para que, na diáspora, mais de cinco milhões de venezuelanos não pudessem votar. Ainda antes das eleições, foram várias as detenções de membros da oposição democrática.

No dia das eleições, *sítes* informativos foram barrados. Foram criados postos de controlo nas proximidades de locais de votos para intimidar os eleitores. Depois das eleições, foram perseguidos e detidos elementos das mesas de voto para impedir a divulgação das atas: as tais atas que o regime não quer que sejam públicas; as atas que demonstram os verdadeiros resultados, o que já veio a ser confirmado pelo Centro Carter, que acompanhou as eleições, devidamente credenciado pelo regime.

Estes são alguns dos factos, uma parte de um cardápio opressor mais alargado de um regime não democrático que tudo faz para se manter no poder.

Nos dias seguintes, mais houve: mais opressão, não só das forças militares e dos coletivos em motas; relatos preocupantes da presença de militares cubanos, bolivianos e mercenários do Grupo Wagner na Venezuela. Isto demonstra que, quando estamos a falar da situação na Venezuela, não estamos apenas a falar da defesa da liberdade e da democracia na Venezuela.

É também por isso que as palavras de Maria Corina Machado vos devem inspirar, no momento de votar esta proposta: para alcançar «a Venezuela que queremos, não podemos permitir que o medo nos paralise».

Assim, ajudemos a que, no dia 10 de janeiro, Edmundo se jure como Presidente.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos passar ao terceiro ponto da nossa ordem de trabalhos, que consiste na discussão do Projeto de Resolução n.º 263/XVII/1.^a (CH) — Realização de um referendo sobre o estabelecimento de limites máximos para concessão de autorização de residência e sobre o estabelecimento de quotas de imigração.

Para apresentar o projeto de resolução, tem a palavra a Sr.^a Deputada Vanessa Barata, do Grupo Parlamentar do Chega, que tem 6 minutos.

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O aumento insustentável das chegadas irregulares de migrantes registado nos últimos anos justifica que se pense fora da caixa.

Se quisermos prosseguir esforços que quebrem as estruturas de incentivo que impulsionam os movimentos migratórios irregulares e as viagens perigosas para a Europa, são necessários esforços complementares. Não fui eu quem o disse, foram os 15 Estados-Membros da União Europeia, liderados pela Dinamarca, que recentemente lançaram um apelo conjunto para desenvolver a externalização da política de migração e asilo, aperfeiçoando o mecanismo de retorno e o combate ao tráfico de seres humanos.

Srs. Deputados, quando alguém disse ao País, há um ano, que estávamos a caminhar para um milhão de migrantes, ridicularizaram, desdenharam, riram-se.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Tem de mostrar as atas disso!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Mas o vaticinado aconteceu e eu já não vejo ninguém a rir.

Aplausos do CH.

Hoje, o Chega traz uma proposta séria...

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Séria?!

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para o PSD, não!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — ... sobre uma das questões mais incontornáveis do nosso espaço e do nosso tempo: a imigração descontrolada.

Alertámos para a libertinagem do regime da manifestação de interesse, implementado pelo PS, e alertamos agora sobre as largas insuficiências das políticas migratórias do atual Governo da AD (Aliança Democrática).

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Insistimos na instituição de quotas para que se possa distinguir quem vem por bem, quem faz falta, daqueles que vêm desrespeitar — desrespeitar e atentar contra o nosso povo, contra a nossa cultura secular, contra os nossos valores e contra a nossa segurança.

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, o Chega quer passar a palavra ao povo. O assunto é dos mais importantes para o presente e para o futuro do nosso País e das nossas gentes. Na maior expressão da democracia possível, queremos que Portugal decida. Queremos um referendo que pergunte aos portugueses se concordam com o sistema de quotas de imigração, revisto anualmente, segundo as nossas necessidades no mercado de trabalho. Esta é a nossa proposta. Simples e clara.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — No Chega, sabemos o que queremos e o rumo que queremos tomar. E, se os partidos, aqui em representação do povo, não tiverem receio do povo e do povo que os elegeu, vão acompanhar a nossa proposta. É agora! Não temam a vontade do povo, porque é a vontade do povo que materializa e expressa a tão aclamada democracia.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa não regista outras inscrições e também não regista pedidos de esclarecimento.

Pausa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se não tem, encerra-se já o debate!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Se as Sr.^{as} e os Srs. Deputados quiserem passar diretamente ao encerramento...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pode ser!

Pausa.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Julgo que passou tempo suficiente para que as direções das bancadas decidissem o que fazer. Portanto, se não há, de facto, pedidos de inscrição de nenhuma bancada, passamos ao encerramento.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Passamos ao encerramento, por favor!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Pois, parece que é o que vai acontecer. Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, para encerrar o debate.

Aplausos do CH.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Vai uma, vão duas, vão três... Está vendido ao Sr. Ventura!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado André Ventura, dá um segundo à Mesa, para que esclareça aqui uma situação?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada.

Pausa.

Sr. Deputado João Almeida, a Mesa, de facto, não recebeu nenhum pedido de inscrição. Julgo que fui suficientemente insistente acerca desse facto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu estava a ligar! O telefone estava a tocar, desculpe!

Protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Como a Câmara deve compreender, a partir do momento em que entramos no encerramento e eu dou a palavra ao Sr. Deputado André Ventura para encerrar o debate, porque não havia inscrições, só se o Sr. Deputado André Ventura concordar...

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Claro!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — ... é que eu darei a palavra ao Sr. Deputado João Almeida para fazer a sua intervenção, uma vez que ela não entrou antes do momento em que o encerramento foi anunciado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, dada a nossa natureza profundamente democrática, aceitamos.

Aplausos do CH.

Risos do PS, do BE, do PCP, do L e de Deputados do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Não há dúvida de que temos sempre novidades neste Plenário. Muito obrigada, Sr. Deputado.

Protestos do CH.

Sr. Deputado, a novidade a que me referi não era ofensiva para si, era pela circunstância de termos entrado no encerramento e, no entanto, termos consentido que um Deputado, que se inscreveu mais tarde, pudesse falar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não foi mais tarde, desculpe!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Era só nisso que consistia a novidade, Sr. Deputado. Só nisso, posso garantir-lhe.

Sr. Deputado João Almeida, para uma intervenção, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sr.^a Presidente, permita-me só dizer que a intervenção pode ter entrado depois na Mesa, mas não foi feita depois. Eu estava a tentar ligar. Mas não há problema absolutamente nenhum.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Esta coligação já teve melhores dias!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Fi-lo intencionalmente, percebendo o que se estava a passar. Isso deve ser assumido, porque todos os temas merecem ser debatidos neste Parlamento. Da parte do CDS, não deixaremos nunca que o problema da imigração, com a gravidade que tem, passe como um tema que pode não ser debatido, concordando-se ou discordando-se de cada uma das propostas.

Protestos do PS, do BE e do PCP.

Era o que faltava, que tantas vezes tivéssemos de discutir propostas absurdas do Bloco de Esquerda, do PCP ou do Livre e hoje não utilizássemos o nosso tempo para intervir e dizer o que temos a dizer sobre esta proposta.

Aplausos do CH.

Protestos do BE, do PCP e do L.

Neste caso, é mesmo para discordar da vossa proposta, Srs. Deputados do Chega! Neste caso, é mesmo para discordar democraticamente da vossa proposta.

Relativamente à política de imigração, é claro e objetivo — ainda hoje o Sr. Ministro da Presidência fez questão de o afirmar no Parlamento — que há um antes e um depois deste Governo.

Há uma política de imigração, seguida pelo Partido Socialista, que gerou a perceção, mas, muito pior do que gerar a perceção, transformou a realidade daquilo que é a imigração em Portugal. Graças aos últimos anos de

governação do Partido Socialista, Portugal deixou de ser um país que vivia de forma harmoniosa com a sua imigração para ser um país em que, efetivamente, a imigração é um tema, ficou desregulada, e o rigor desapareceu em absoluto das políticas públicas de imigração.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nós dizemos que é preciso rigor na entrada, mas também é preciso rigor na saída. É por isso que hoje se discute, por exemplo, na diretiva retorno — e hoje o Sr. Ministro da Presidência reafirmou o compromisso de Portugal também com essa matéria —, que o Estado tem de saber muito bem quem entra e como entra, e só pode entrar quem legalmente tem esse direito.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas o Estado também tem de poder fiscalizar em território nacional e, sobretudo, conseguir afastar aqueles que cá estão ilegalmente. Só assim é que defendemos a dignidade de um Estado de direito que tem de se dar ao respeito...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e tem, acima de tudo, de respeitar, antes de mais, aqueles que cá vivem e são cidadãos nacionais.

Portanto, o que temos de discutir hoje é se a política de quotas é, ou não é, um dos instrumentos para atingir este objetivo.

Sejamos claros: já existiu política de quotas em Portugal. Existiu nos anos 90, por pressão do CDS, e foi assumido que o fizemos naquele momento por entendermos que, tal como agora, a imigração tinha chegado a um ponto insustentável.

A prática da aplicação da política de quotas que foi feita pelos Governos socialistas veio a dar evidência de que a mesma nunca foi eficiente em Portugal.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Quota extraordinária!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que temos, neste momento, de saber é se conseguimos ter um sistema de entradas eficiente, sem quotas, e é isso que o Governo está neste momento a implementar. Merece ser avaliado e, em função da avaliação, merece ser decidido.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Mais uma vez, a Mesa não tem inscrições. Estamos a olhar para os telefones, nada toca. Penso que não há...

Pausa.

Inscribe-se a Sr.^a Deputada Paula Cardoso, do Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra para uma intervenção, Sr.^a Deputada.

Pausa.

Aproveito os segundos que a Sr.^a Deputada tomará para chegar ao seu lugar, para pedir às bancadas que evitem estes jogos até ao limite.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ah, pois!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Esta não é uma situação que se possa considerar razoável,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não é democrática!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — ... a de não haver inscrições até ao momento em que há um Deputado que sobe ao púlpito para encerrar o debate, para depois se desencadear o processo de inscrições das bancadas.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É uma vergonha!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Peço o favor de ponderarem, em momentos futuros, a inscrição atempada dos grupos parlamentares, para que esta situação não se torne recorrente. Muito obrigada, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Sr.^a Deputada Paula Cardoso, faça favor.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Até tinha a intervenção escrita!

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — Sr.^a Vice-Presidente, Ex.^{mos} Colegas, Srs. Deputados: Somos chamados hoje a este debate para nos pronunciarmos sobre a proposta do Chega para a realização de um referendo, em que os cidadãos eleitores seriam chamados a responder sobre a definição de um limite de concessão de autorizações de residência a cidadãos estrangeiros e sobre a implementação de um sistema de quotas de imigração.

Protestos do Deputado do CH Miguel Arruda.

Como primeira nota, deve dizer-se que o nosso País tem necessidade de imigrantes, desde logo por questões demográficas e porque há vários setores da economia deficitários em mão de obra. Por outro lado, de facto, nos últimos anos, vários fatores contribuíram para o crescimento do tráfico de seres humanos,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Falso!

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — ... da exploração e do número de cidadãos estrangeiros em contextos de vulnerabilidade e de exclusão.

Esta última situação pode despertar em nós um de dois tipos de atitude, até diria de sentimentos: resolver com humanismo, dignidade e sensibilidade o que este Governo apostou em fazer, tendo já implementado, para o efeito, um consistente plano de ação para as migrações; ou utilizar esta situação para daí retirar dividendos políticos.

Fazer inflamados discursos contra os imigrantes, acusando-os e humilhando-os, fazendo-lhes toda a espécie de acusações: este foi o caminho que o Chega escolheu.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Chega e o CDS-PP!

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — Este referendo não resolverá, como por milagre, os problemas dos imigrantes, e a pretensão de o fazer, estabelecendo quotas, é uma clara violação dos direitos fundamentais e humanos: quer-se aceitar e distribuir imigrantes, consoante as nossas necessidades de emprego.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, os imigrantes que escolheram vir para Portugal garantem o funcionamento das nossas IPSS (instituições particulares de solidariedade social), dos serviços de hotelaria e restauração, do serviço doméstico e de muitos outros, da nossa construção civil, da nossa indústria e da nossa agricultura.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não há despesa nenhuma!...

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — Agora, o que se pretende com este referendo é uma manifesta indignidade. É uma espécie de escolha por catálogo: vamos rotular e listar as pessoas, como se de mercadorias se tratassem.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Hospitais, subsídios, escola pública...

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos a falar de pessoas, de seres humanos. Açam que estas pessoas que imigram para o nosso País vieram para cá com o único propósito de praticar crimes? De viver nas ruas?

Protestos do CH.

Açam que vieram, porque adoram viver num quarto partilhado por mais 15 ou 20 pessoas e pelo qual pagam três quartos do seu ordenado?

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — Vieram para viver de esmolas e passar fome?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Regras!

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — Não, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não são nem foram essas as motivações que levaram homens, mulheres e crianças a deixar os seus países, os seus familiares, os seus bens, mesmo que parques, e o seu modo de vida, para virem para um país onde não conhecem nem a língua, nem os costumes, nem as leis, enfim, não conhecem nada.

O que os moveu e move, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é o desespero, é a fome, é a guerra, são as miseráveis condições de vida, é a falta de esperança no futuro. O que os move, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é exatamente o mesmo que moveu milhares de portugueses a saírem de Portugal a salto, ou seja, ilegalmente, para procurarem uma vida melhor para si e para os seus filhos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do CH: — Não!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de pedir desculpa aos emigrantes!

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — E partiram, esses portugueses, sem quotas e sem fazerem parte de catálogos, para a França, para a Suíça, para o Canadá, para o Brasil, para a África do Sul, para o Luxemburgo, para a Alemanha e para os Estados Unidos.

Aplausos do PSD.

E para tantos, mas tantos, outros países que demoraria o tempo da intervenção a enumerá-los. E agora o que é que se pretende? Referendar pessoas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Peça desculpa!

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — Dizer a estas pessoas que se forem necessárias, ficam; se não forem, são descartáveis. Este ano podem até ser bem-vindas, mas para o ano logo se vê. E se não forem, serão jogados porta fora.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Peça desculpa!

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, neste caminho que a democracia tem feito nos últimos 50 anos, nesta democracia pela qual a geração dos meus pais tanto se bateu e lutou, nunca esperei ver chegar o dia de vir aqui a esta tribuna dizer: Não! Não se referendam direitos humanos!

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do CDS-PP, do L e do PAN.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, votem assim no Orçamento! Votem todos a favor no Orçamento!

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — Não se tira às pessoas o direito ao trabalho. Não se tira às pessoas o direito de escolher onde, como e com quem querem viver. Não se tira às pessoas o direito à proteção na saúde e na segurança social. Não se tira às pessoas o direito a educar os seus filhos.

Protestos do CH.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não é digno de um Estado de direito democrático tratar pessoas como se de mercadorias se tratasse.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Poderão dizer que também não será digno o acolhimento nem a regulação e que a falha destas é a culpada pela situação de exclusão e de vulnerabilidade a que, infelizmente, os últimos anos de Governos socialistas conduziram os imigrantes. Tudo certo, certíssimo.

A conjugação da desastrosa extinção do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) com a crise da habitação gerou situações chocantes, a que este Governo é sensível.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Tendo apenas dois meses, tomou logo a decisão de apresentar um plano, o qual, aliás, melhor esclareceu o Sr. Ministro da Presidência na audição regimental de hoje de manhã.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a solução não é colocar as pessoas numa espécie de lista de Schindler, onde se diz: «Se tu és útil, ficas, se não és útil, vais.»

Vozes do CH: — Oh!!!

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, isto é o fim da linha do humanismo, da sensibilidade, da moderação, da razoabilidade.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

Isto foi pensado e proposto por uma bancada que se arroga católica e uma espécie defensora da moral e bons costumes, mas que, em nome do populismo, e na ânsia de ocupar primeiras páginas de jornais, elegeu esta desenfreada retórica contra os imigrantes.

Protestos do CH.

Mas, Srs. Deputados, a vontade da maioria não legitima a mais ignóbil violação de direitos fundamentais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual maioria?!

A Sr.^a **Paula Cardoso** (PSD): — Portanto, recusamos este atentado aos direitos fundamentais, cego a todas as regras e ao respeito pelo ser humano, cego ao que de melhor o ser humano tem: a capacidade e o coração de ajudar o seu semelhante, dar-lhe a mão, respeitá-lo, integrá-lo e tratá-lo com dignidade.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o PSD não pode, em nome dos seus princípios humanistas e em nome dos princípios constitucionais, aderir a referendos populistas.

Aplausos do PSD, de pé, e do L.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento da Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, do Grupo Parlamentar do Chega, a quem dou, de imediato, a palavra.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Agora é que vai ser uma tourada!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Paula Cardoso, uma das coisas que disse foi que não se referendam direitos humanos. Julgo que não preciso de a recordar de outros referendos que tivemos em Portugal e sobre o que é que foram.

Aplausos do CH.

Disse também que o Chega, com as suas propostas, com a proposta de quotas, humilha os imigrantes. Ora, os Estados Unidos da América têm quotas, a Suíça tem quotas. Desculpe lá, onde é que estes países não respeitam os direitos humanos?

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD.

Tal como disse Giorgia Meloni, «migrantes ilegais são inimigos dos legais»...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... e é isto que têm de compreender estas bancadas do Hemiciclo.

Aplausos do CH.

Mas, já que hoje, na audição, o Sr. Ministro da Presidência não respondeu à pergunta que lhe fiz sobre quanto é que o Estado português gasta com os pedidos de asilo em Portugal, e uma vez que é o seu partido que suporta o Governo, gostava de lhe perguntar, então, quanto do dinheiro dos portugueses é gasto com os pedidos de asilo?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Quanto? Ou isso também é segredo?

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada Paula Cardoso não tem tempo para responder, fica, no entanto, a questão.

Protestos do CH.

Para uma intervenção, tenho inscrita a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Protestos do CH.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, fizemos, entretanto, o render da guarda, por isso, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje vamos desconstruir mitos.

Vozes do CH: — Oh!!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Primeiro mito: «podemos dar as voltas que quisermos, há um problema estrutural que se chama substituição demográfica» — intervenção de André Ventura na Assembleia da República em 2021.

Protestos do CH.

Facto: Portugal é um país de emigrantes e de imigrantes — com «e» e com «i»! Fomos pioneiros a cruzar mares e a avançar para a descoberta do desconhecido e desde sempre assimilámos e integrámos diversas culturas, bem como, desde sempre, várias gerações de portugueses emigraram à procura de uma vida melhor.

Protestos do CH.

Portugal foi e é um exemplo de hospitalidade. Para quem se diz orgulhoso da nossa história, o Chega deve perceber que o que faz de um português um português é precisamente a sua multiculturalidade e a sua hospitalidade.

Protestos do CH.

Falar de substituição demográfica a um povo como o português é um desrespeito pela história do nosso País.

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

Segundo mito: «os imigrantes vêm beneficiar da segurança social que os nossos pais e avós pagaram anos e anos» — intervenção do Deputado Filipe Melo numa convenção do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! É verdade!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Facto: as contribuições dos trabalhadores estrangeiros para a segurança social somaram 2 milhões e 677 mil euros no último ano e as prestações sociais custaram apenas 483 milhões, o que representa um saldo positivo de quase 2 milhões e 200 mil para a segurança social, contribuindo para a sua sustentabilidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é falso!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Terceiro mito: «é preciso controlar as hordas de imigrantes que tentam invadir a Europa, temos de defender a Europa, se for preciso ser com muros que seja» — declarações do Deputado Pedro Frazão, num programa de debate na televisão.

Protestos do CH.

Facto: um estudo realizado pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto concluiu que Portugal precisa de mais imigrantes se quiser aumentar o crescimento económico.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quantos é que estão na IL? Zero! Sabe quantos estão aqui? Cinco!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Vários representantes de setores económicos vieram alertar para essa mesma necessidade e até o foram dizer às jornadas parlamentares do Chega.

Quarto mito: «o Chega defende a manutenção de um contingente global de oportunidades de emprego, por ser esta a única forma de manter a imigração e a distribuição de mão de obra imigrante pelos setores de emprego em que faz falta.» — está escrito no projeto de resolução que o Chega trouxe hoje a votação.

Facto: as quotas não trazem qualquer vantagem.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — És tu que o dizes!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito pelo contrário, são mais uma forma de dirigismo, de ter o Estado onde não faz falta, de criar mais procedimentos e burocracias que comprometem o ajustamento dinâmico e permanente do mercado de trabalho às reais necessidades. É o reflexo de uma economia planeada, tão socialista como o próprio Chega.

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

Quinto mito: a correlação forçada entre segurança e imigração, sempre presente no discurso de vários dirigentes e Deputados do Chega.

Facto: se há mais insegurança é porque o Estado falha nas suas funções primordiais, nomeadamente em garantir a segurança de todos os que cá vivem.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Todos?!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Dito isto, o que podemos concluir? Havia um regime sem regras, a chamada manifestação de interesse, que foi extinto com o atual Governo. Nós concordamos com o regime atual, que pressupõe a existência de um contrato de trabalho, medida que também constava do programa eleitoral da Iniciativa Liberal.

Esta proposta de referendo nada mais pretende do que isso, usar uma ferramenta prevista constitucionalmente para virar pessoas contra pessoas.

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

Vozes do CH: — PCP! PCP! PCP! PCP!

O Sr. **Presidente**: — Vou agora dar a palavra à Sr.^a Deputada Inês Sousa Real, para fazer uma intervenção de 1 minuto. Peço a atenção da Câmara.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta proposta trazida a debate faz-nos assistir hoje a um jogo não só de incoerências, mas de oportunismos e de malabarismo ideológico.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ah, também tinha a intervenção escrita!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Aliás, este referendo começou por ser uma condicionante do Orçamento do Estado, do apoio a este Orçamento, e é uma proposta que, em si, revela um profundo desconhecimento da realidade e da própria complexidade do tema.

É uma solução que nos levanta sérias dúvidas do ponto de vista da constitucionalidade ao defender quotas para imigrantes, sugerindo um limite anual. Exige que nenhum estrangeiro receba subsídios sociais antes de descontar cinco anos para a segurança social, ignorando o impacto financeiro que estas pessoas têm dado para a própria sustentabilidade da segurança social. Isto além de que, depois, também acaba por pôr em causa o parecer já emitido pelo Tribunal Constitucional, que o Chega insiste em reciclar e trazer aqui a debate.

Por um lado, esta é uma prova de que o Chega não tem qualquer tipo de estratégia, nomeadamente quanto ao que possa ser a política de integração destas pessoas. Por outro lado, para além de trazer umas pessoas contra as outras, também vem dizer aos nossos emigrantes, à comunidade portuguesa que está lá fora, no mundo, que não, não têm direito a uma vida melhor e a serem tratados com a mesma dignidade com que nós devemos tratar e acolher as pessoas que procuram uma vida melhor em Portugal.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — São pessoas, não são aves migratórias!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso mesmo, o PAN não alinha em *show-offs* e aquilo que...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o quê?!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Presidente não estava cá na altura, mas não nos inscrevemos atempadamente, porque tivemos a expectativa, a certa altura, de que toda a Câmara tratasse esta proposta do Chega como ela mereceria ser tratada, deixando os proponentes a falar sozinhos.

Protestos do CH.

Mas as coisas encaminharam-se de outra forma.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se é essa a sua intervenção, mais valia estar calado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Portanto, Sr. Presidente, se bem nos lembramos, esta proposta foi apresentada pelo Chega como uma moeda de troca para a aprovação do Orçamento do Estado para 2025. É bom lembrarmos estas coisas.

Protestos do CH.

Entretanto, verificámos que esta proposta já perdeu a sua validade como moeda de troca e, portanto, hoje em dia, não vale absolutamente nada, Srs. Deputados.

Protestos do CH.

Foi reduzida ao seu real valor. Serve apenas para quê? Serve apenas para o Chega fazer aqui o seu discurso recorrente contra os imigrantes. Ou seja, o discurso assente naquela máxima de que se uma mentira for mil vezes repetida, acaba por se tornar verdade.

Protestos de Deputados do CH e do CDS-PP.

Não torna, Srs. Deputados, não torna. Por muito que os Srs. Deputados queiram repetir a ideia de que Portugal é um país de portas escancaradas, isso não é verdade.

Vozes do CH: — É verdade, é!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Nós temos muitos imigrantes em situação ilegal,...

Protestos do CH.

... repito, temos muitos imigrantes em situação ilegal, porque a Administração Pública portuguesa não cumpriu com as suas obrigações e deixou ficar centenas de milhares de processos em atraso, por resolver.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Os Srs. Deputados podem continuar a dizer as mentiras que quiserem: que os imigrantes põem em causa a segurança e os empregos, põem em causa tudo e mais alguma coisa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quantos imigrantes tem a Coreia do Norte?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Mas a verdade é que os imigrantes vêm a Portugal para trabalhar e devem ser acolhidos como trabalhadores, com todos os direitos e deveres inerentes a quem trabalha para ganhar a sua vida.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, só 1 segundo. Peço que parem a contagem do tempo.

Pausa.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Dizia há pouco o Sr. Deputado João Almeida, e é verdade, que, há uns anos, a lei de estrangeiros chegou a ter uma norma sobre quotas, que foi da iniciativa do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Esqueceu-se foi de dizer, porque é que deixou de ter.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Disse, disse, também disse. Está enganado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E deixou de ter porque essa ideia de inscrever as quotas na legislação portuguesa foi um fiasco monumental.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu disse que não foi eficiente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Foi preciso encontrar formas de legalização dos imigrantes que estão em Portugal para trabalhar e para ganhar a sua vida e que passam pelas agruras que passam as camadas mais desfavorecidas da sociedade portuguesa, porque se confrontam com os baixos salários, com a precariedade laboral, com as dificuldades no acesso à habitação. Isso é que é efetivamente preciso resolver.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Agora, esta proposta de referendo que aqui é apresentada pelo CDS...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pelo CDS?!

Risos do CH.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Não esteve longe da verdade!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Peço imensa desculpa, esta proposta que é aqui apresentada pelo Chega, do ponto de vista constitucional não tem ponta por que se lhe pegue, do ponto de vista legal também não, do ponto de vista dos direitos humanos é uma proposta execrável. Esta proposta é lixo e é como lixo que ela deve ser tratada.

Aplausos do PCP, do BE e do L.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Lixo?!

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Como é que era nos *gulags*?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês é que são lixo! Lixo e tóxico!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, em matéria de vocabulário, o primeiro que não tenha telhados de vidro que dê um passo à frente. Portanto, vamos ter a contenção que a nossa educação cívica exige, na nossa autorregulação da urbanidade. Com isso também poupavam o Presidente da Assembleia da República.

Vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Isabel Moreira, para uma intervenção em nome do Partido Socialista. Dispõe de 6 minutos para a sua intervenção, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta não é uma proposta de referendo,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não me digam que também tinha uma intervenção escrita?! Ah!...

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... que, de resto, seria inconstitucional, como já explicaram várias pessoas, por exemplo o Vitalino Canas, e aderimos à explicação.

Mas isto não é uma proposta de referendo — como, aliás, foi agora mesmo explicado. É um mais um expediente parlamentar, anunciado há tempos, para pôr o País a falar, mais uma vez, numa mentira: «a política das portas abertas».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — É um formalismo para o Chega poder reproduzir a agenda nacionalista que gera o medo da diferença e sugere a teoria da substituição,...

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

... mencionando o — cito — «grande aumento da imigração com destino ao nosso País, em grande parte proveniente de países com uma matriz cultural completamente distinta da portuguesa».

Vozes do CH: — É verdade!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — O medo do outro.

Os portugueses que emigraram para países com uma cultura diferente da sua sabem bem o que pode acontecer quando quem tem poder diz e repete uma indignidade destas. São muitos os portugueses no estrangeiro que já testemunharam o efeito legitimador deste discurso, que já ouvimos em várias línguas, sempre pelos porta-vozes dos congéneres do Chega ou dos seus antepassados.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É como os seus antepassados!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Quem é que teve antepassados no Estado Novo?!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — O Chega diz que não quer arremessos políticos, apenas manifestações intolerantes, caminhando ao lado de elementos do Grupo 1143, neonazi, bem aceites desde que marchem naquela causa com compostura.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Quem é que teve ministros do Estado Novo!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Neonazis!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Isto não é uma proposta de referendo, e quando estão a fazer a proposta já estão a atuar no mesmíssimo modo em que atuariam se pudesse haver referendo — simplificando, dividindo, cravando clivagens, divulgando desinformação.

Não vamos perder nem mais um minuto a ajudar a normalizar o ódio. Vamos apenas repetir o que deve ser dito na Casa da democracia, depois de 50 anos de Abril: Obrigada a todos e a todas que escolhem Portugal para viver!

Aplausos do PS e do L.

Desculpem sempre que vos falhamos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Só faltava pedir desculpa!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — E aproveitamos este debate para voltar a dizer verdades assentes em factos.

Não há qualquer relação entre imigração e aumento de criminalidade. Obrigada a quem arrisca, por vezes a própria vida, para chegar a Portugal. Portugal precisa de mais imigrantes para crescer economicamente.

Os imigrantes não tiram os nossos empregos aos portugueses. Não há falta de emprego em Portugal e há dificuldade em encontrar pessoas para algumas áreas que tipicamente são os primeiros empregos dos imigrantes. É aos imigrantes que devemos muito — devemos mesmo muito! — em muitos serviços, no turismo, na agricultura, na pesca e em tantas outras áreas.

Aplausos do PS.

Tal como muitos ascendentes nossos, os imigrantes deixam muitas vezes para trás quem amam, atravessam territórios desconhecidos, perigos, fome, e conseguem encontrar aqui uma vida para si e para os seus.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quantos imigrantes tem o PS na bancada?

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — É gente corajosa, trabalhadora, focada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós sabemos, temos na nossa bancada!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Mais de 60 % dos imigrantes em Portugal estão empregados — comparando com menos de 50 % dos portugueses.

Portas abertas têm os Srs. Deputados do Chega para o que dizem sobre gente de carne e osso.

O argumento de que Portugal precisa de imigrantes para suprir o mercado de trabalho do País não é novidade. Todos os anos, relatórios e estudos mostram esta necessidade.

Precisamos de imigrantes, estamos envelhecidos. Foram os imigrantes que nos ajudaram a equilibrar a nossa segurança social. Acima de tudo, gostamos que venham, de várias culturas, e que possamos aprender uns com os outros.

Não é por acaso que o artigo 15.º da Constituição diz que «Os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português».

Os estrangeiros. Todos! Não os que nos dão jeito de ano a ano, numa quota qualquer, em modo de orçamento de gente que pode entrar e gente que não interessa — uma rubrica anual com saldos positivos e saldos negativos —, mas de gente, gente como nós!

Apetece citar Baldwin: «O amor nunca foi um movimento popular (...). Caminha pela rua de qualquer cidade, em qualquer tarde e olha em teu redor. O que tens de lembrar é que a pessoa que estás a ver também podes ser tu. Todas as pessoas que estás a olhar podem ser também tu. Tu poderias ser aquela pessoa, tu poderias inclusivamente ser aquele monstro (...). É aí que tens de decidir que não vais ser».

A igual dignidade de todos e o amor — o amor, sim — deviam mesmo ser um movimento popular.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 3 minutos. Faça favor, Sr.^a Deputada.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vai ser igual à da Paula Cardoso! É o mesmo discurso!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Paula Cardoso,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Oh, eu não disse?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... que bom seria que a política do PSD fosse mais de acordo com as suas palavras, em vez de repetir a retórica da imigração descontrolada e de mudar a lei em consonância com essa retórica da imigração descontrolada.

Foi, aliás, essa mudança da lei, feita pelo PSD, que o Deputado André Ventura elogiou e, na altura, considerou uma vitória, uma aproximação ao Chega. A lei que o PSD alterou sobre a imigração foi considerada pelo Chega como uma vitória e uma aproximação às suas políticas.

A oradora exibiu uma cópia da notícia que mencionou.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Gostas de andar com fotos minhas?! Eu mando-te uma foto melhor!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ao acabar com os mecanismos de regularização de imigrantes, a única coisa que o Governo está a fazer é escancarar as portas à imigração clandestina.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falso! Falso!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando se acabou com as hipóteses de legalização de imigrantes — e porque a economia chama esses imigrantes eles continuaram a entrar em Portugal na altura das quotas, simplesmente não se conseguiam regularizar —,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não chegaram, nem de perto, às quotas! Mentira! Isso é completamente falso!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... o resultado foi mais imigração clandestina. O resultado foram processos extraordinários de regularização que foi necessário fazer.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, na verdade, ao retirar o único mecanismo de regularização de imigrantes, a política que o Governo defende é uma política de clandestinidade, que só beneficia máfias e patrões sem escrúpulos, que são o pior da nossa sociedade; são quem se aproveita do trabalho imigrante, da falta de condições, da falta de capacidade para reivindicar os seus direitos.

Isto porque há trabalho e vai haver: no turismo, nas obras, nos lares, nos serviços públicos. Há trabalho e vai haver, e a migração será tanto mais descontrolada quanto mais for ilegal, quanto mais os trabalhadores não tiverem direitos básicos para se poderem defender e integrar na sociedade portuguesa.

Uma política de imigração consistente garante que as pessoas chegam até ao País em condições, garante que há serviços públicos que são reforçados para evitar sobrecargas de serviços públicos em zonas essenciais do País. Proteger quem chega a Portugal é proteger quem vive em Portugal.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É verdade!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Uma política consistente de imigração quer dizer que as empresas que contratam imigrantes têm de ser corresponsáveis pelo alojamento e pela integração destes imigrantes...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... e não podem, simplesmente, fazer investimentos à espera da mão de obra barata que vão explorar, porque estes imigrantes chegam ilegais.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não se pode esperar nada de quem desfila com neonazis cadastrados pelas ruas de Lisboa.

Aplausos do BE.

O que preocupa é ver a direita a ceder a este tipo de argumentos.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre. Dispõe de 3 minutos, Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Depois da farsa com que o Chega nos tem brindado nos últimos dias,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Farsa fizeram vocês, que não se inscreveram!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... hoje quase tentam fazer aqui um número de comédia, tirando a parte de, efetivamente, este tema não ter piada nenhuma, porque estão a brincar com a vida das pessoas.

Aplausos do L.

Diz o Chega no seu projeto de resolução: «O Chega entende que o controlo da imigração não deve ser tema proibido, nem pode ser arma de arremesso político».

Srs. Deputados, vocês não têm interesse nenhum em fazer um debate sobre imigração — que, aliás, nos últimos tempos, várias vezes temos feito nesta Câmara; ainda na semana passada discutimos este tema. Aquilo que o Chega quer é continuar a fazer o debate com base em mentiras.

Protestos do CH.

Não são mitos, são mentiras! De cada vez que o Chega debate a questão da imigração, os únicos argumentos que apresenta são mentiras.

Aplausos do L.

Protestos do CH.

A questão da criminalidade, quando já está mais do que demonstrado que os municípios com o maior número de imigrantes têm a taxa de criminalidade mais baixa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde? Onde? Pergunta ao Carlos Moedas!!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — A mentira da subsidiodependência, quando os números mostram que os imigrantes em Portugal contribuem com 2,2 mil milhões de euros para a segurança social.

Portanto, é isto que os senhores querem fazer numa campanha por um referendo: é dizer mentiras, é pôr as pessoas umas contra as outras, é envenenar a opinião pública. Até os imigrantes querem pôr uns contra os outros! Até os imigrantes o Chega quer pôr uns contra os outros.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

A única coisa que o Chega faz é reproduzir as mentiras «trumpistas» que ouve lá fora. Ainda há poucos dias reproduziam as mentiras sobre os cães e os gatos.

Protestos do CH.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, eram as mesmas mentiras que eram ditas sobre os imigrantes portugueses lá fora. Repito, eram as mesmas mentiras que eram ditas sobre os portugueses lá fora.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não há português que não tenha na sua família alguém que tenha de ter saído do País para conseguir uma vida melhor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quantos tens? Quantos tens?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não há português que não tenha na sua família pessoas que tenham de ter saído do País a salto,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quantos tens?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... pessoas que tenham de ter vivido em *bindonville* e pessoas que tenham estado ilegais nos países de destino.

Protestos do CH.

Sim, Sr. Deputado, todos os portugueses têm pessoas na família nestas circunstâncias!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem vergonha na cara!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, já que os Estados Unidos da América são um grande exemplo para o Chega: a América tem quotas de imigração, e funciona muito bem o sistema de imigração nos Estados Unidos.

Pois bem, este referendo, como já foi dito, é um referendo que não faz qualquer tipo de sentido, não contribui nada para o debate político em Portugal.

Protestos de Deputados do CH.

Naquilo que depender do Livre, este referendo não passará e a vossa retórica de extrema-direita também não passará.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Vocês têm é quatro passarinhos!

O Sr. **Presidente**: — Não há mais inscrições, pelo que vamos passar ao encerramento do debate.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vejam lá se não se querem inscrever outra vez! Têm tempo!

O Sr. **Presidente**: — Peço a atenção da Câmara para a intervenção do Sr. Deputado André Ventura, do Chega, que dispõe de 3 minutos e 48 segundos.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está calado! Isto é para adultos!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Qualquer dia tem mais palmas à entrada do que à saída!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço que aguarde 1 minuto, enquanto a Câmara cria condições.

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Chegamos ao fim deste debate com uma certeza muito resolúvel sobre este Parlamento. É que o Parlamento, da extrema-esquerda ao liberalismo inconsciente, que clama que sabe o que os portugueses querem, na hora da verdade, não tem coragem de dar a palavra aos portugueses para decidir sobre a imigração, porque sabe que perderia esse debate.

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

O País precisa de contingentes para imigrantes e da sua regulação. Quem o disse? Não, não foi do Chega nem do Bloco de Esquerda. Foi o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, eleito pelo Partido Social Democrata para liderar o Município de Lisboa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Grande exemplo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O País precisa de contingentes para imigrantes, precisa de regular a entrada de imigração. Assim contribuiremos para um país mais seguro.

Aplausos do CH.

Era tão bom que o PSD caísse na verdadeira essência do combate da direita à imigração ilegal neste País.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, temos muitos orgulhos nesta bancada, mas há um que também temos: é que nunca nos deixaremos associar àqueles que, clamando-nos de lixo, são o lixo da história desta Casa, da Europa e do mundo, e estão aqui, ao nosso lado! O lixo da Europa, do mundo e deste País estão aqui, nesta Casa!

Aplausos do CH, de pé.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Por isso, nunca saberemos aquilo que Portugal poderia decidir. Mas sabemos uma coisa, sabemos que este Parlamento não vive nas ruas deste País nem sabe o que é, nas terras mais descaracterizadas, a enorme invasão de pessoas que aconteceu...

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Invasão?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e que pôs em causa a sua coesão e a sua segurança.

Cito uma autarca do Partido Socialista de Vila Nova de Milfontes: «Já não é imigração, é um negócio de importação e de exploração que chegou ao seu limite.» Sr.^{as} e Srs. Deputados, era isto que o País devia assumir, que chegámos ao nosso limite, e o que temos de fazer quando chegamos ao limite é combatê-lo, e não olhar para o lado. Era isso que esperavam de nós, era isso que esperávamos que este Parlamento pudesse fazer.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é hoje consensual na União Europeia, na maioria dos seus Estados, que o Pacto em matéria de Migração e Asilo deve ser revisto. Dizem-no líderes europeus do PPE (Partido Popular Europeu), dizem-no líderes europeus dos patriotas. Os outros não o dizem, mas os outros não contam, porque não têm número nem Deputados para contar.

Aplausos do CH.

Hoje, sabemos uma coisa: é verdade que há 5 milhões de portugueses e de lusodescendentes a habitar por esse mundo fora, é verdade que temos este País disperso pelo mundo inteiro, mas se temos tantos e tão bons, que foram e deram o melhor de si a lutar, então, em vez de nos deixarmos invadir por estrangeiros,...

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Mas «invadir» o quê!?

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... vamos chamá-los a eles para voltarem ao nosso País, para voltarem ao País que é nosso, ao País que amamos. Ao nosso País, que amamos! Vamos chamá-los a eles.

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

Era por estes que devíamos começar, e não por um País político que convidou todos à sua emigração, que mandou os jovens para fora e que hoje diz aos emigrantes — aos nossos, que para lá foram, deram mundos ao mundo e construíram esses países — que são iguais aos que estão hoje aqui a entrar. Eu sei que uma parte não concorda, Srs. Deputados, mas não são. Para nós será mesmo sempre Portugal primeiro e os portugueses primeiro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Será sempre assim nesta bancada.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Já não dispõe de mais tempo, Sr. Deputado.

Continuação de aplausos do CH, de pé.

Sr. Deputado, faço só um pequeno reparo: o Sr. Deputado António Filipe não se referiu aos Deputados do Chega como lixo, disse que a proposta é que era como lixo.

Vozes do CH: — Oh!...

O Sr. **Presidente**: — E, na sua intervenção, o Sr. Deputado chamou lixo aos outros Srs. Deputados, o que não me parece que seja o tratamento urbano que merecemos aqui na Assembleia.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

Protestos do CH e contraprotestos do Deputado do PCP António Filipe.

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, o quarto ponto, que consta da discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 160/XVI/1.^a (PSD) — Plano de reflorestação do Parque Natural da Serra da Estrela, 324/XVI/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à implementação do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, dando continuidade aos projetos já aprovados e em curso e aos investimentos programados para a região da serra da Estrela, 349/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que promova o restauro ecológico urgente do Parque Natural da Serra da Estrela, 357/XVI/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a concretização de medidas de revitalização, reflorestação e renaturalização do Parque Natural da Serra da Estrela, 363/XVI/1.^a (PCP) — Programa de valorização da Serra da Estrela, 366/XVI/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que desenvolva um plano de reflorestação para o Parque Natural da Serra da Estrela e 370/XVI/1.^a (L) — Por um programa de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela mais ambicioso e por maior conservação da natureza.

Vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Dulcineia Catarina Moura, do PSD, que dispõe de 7 minutos para apresentar a iniciativa do PSD.

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os incêndios do verão de 2022 destruíram grande parte de uma das áreas protegidas mais importantes do nosso País — 26 000 ha de floresta e mato —, falo-vos do Parque Natural da Serra da Estrela. Nessa altura, e depois do caos nesse tesouro do nosso território, ouvimos uma série de discursos carregados de solidariedade e de disponibilidade para resolver os problemas que, infelizmente, ali nasceram.

De um modo geral, foram promessas vazias e, diria mesmo, cruéis. Momentos em que as palavras de conforto e de responsabilidade, afinal, foram apenas isso, palavras. Recordo, na Casa da democracia, a promessa da ex-Ministra da Presidência, que disse: «Vamos deixar este Parque Natural melhor do que estava.»

Em boa verdade, a lentidão na implementação de medidas fundamentais e o foco do anterior Governo em aspetos burocráticos e secundários deixam sérias dúvidas sobre o real compromisso com a serra da Estrela. Sr. Presidente, Srs. Deputados, registem bem a comparação com a rapidez e eficácia da resposta do atual Governo de Portugal relativamente aos incêndios deste ano.

Desde o verão de 2022, só em março de 2024, foi aprovado, numa resolução de Conselho de Ministros de então, o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. Um programa muito criticado, e por várias razões, desde logo: pela inequívoca falta de envolvimento das associações e da sociedade civil; pela falta de transparência na definição concreta das ações prioritárias e dos prazos de implementação; pela demora na aplicação das medidas no terreno; e também por se afigurar um conjunto de intenções consubstanciadas em grandes obras e infraestruturas e em ações de *marketing* e comunicação, todas elas deveras importantes. Isto, em vez de se dar prioridade à necessária sustentação e regeneração inteligente de um ecossistema natural.

Dou conta de que estas críticas não são minhas, são todas fundamentadas e proferidas por diferentes entidades, e estão acessíveis a todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD entende e defende neste projeto de resolução que hoje traz a discussão, a relevância da implementação do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, que provém da anterior Legislatura. Mas naturalmente que o defende com o necessário consenso com os diferentes atores locais, regionais e nacionais.

Acontece, porém, que nós entendemos que revitalizar sem reflorestar é um mau caminho. Porquê? Porque ignora a génese do problema num território com tanto valor natural, paisagístico e humano. Revitalizar sem reflorestar é abandonar os agricultores, os produtores, os apicultores, as associações e todos aqueles a quem a serra da Estrela deve a sua identidade, a quem a serra da Estrela deve os recursos endógenos que só ela tem.

É importante percebermos que as muitas atividades que ali existem são o sustento destas comunidades. Não podemos ignorar esse facto e, muito menos, desvalorizá-lo.

Revitalizar sem reflorestar é negligenciar o restauro ecológico, a preservação de ecossistemas e a definição de uma estratégia sólida de prevenção de riscos futuros.

Revitalizar sem reflorestar é descuidar a recuperação de práticas de cultivo e de pastoreio identitárias e ajustadas ao espaço.

Revitalizar sem reflorestar é desconsiderar ainda o potencial turístico e a dinâmica económica que daí possa advir.

Reflorestar é dar prioridade ao território, à prevenção da fauna e da flora e à articulação com a sociedade civil, com as autarquias e com a comunidade académica especializada.

A serra da Estrela, as suas gentes resilientes e combativas, os autarcas, as associações, os agricultores, os pastores e toda a comunidade desta região merecem essa intervenção e esse foco na biodiversidade, no bem-estar e na segurança das populações e do seu património.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Merecem, sobretudo, ser parte integrante de um diálogo de proximidade e parte ativa da solução. Felizmente, temos um Governo empenhado em resolver os problemas das pessoas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Fazenda, do Partido Socialista, que dispõe de 7 minutos para uma intervenção.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Parque Natural da Serra da Estrela é um ativo único do nosso País e com reconhecimento internacional, nomeadamente pela própria UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization).

No verão de 2022, sofreu graves incêndios, tendo atingido cerca de 25 % da sua área. Nessa altura, o Governo de então, além das medidas de resposta imediata e de curto prazo que realizou e que são comprováveis e demonstráveis,...

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Quais?!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — ... lançou e aprovou ainda um programa ambicioso, o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela.

A elaboração desse programa esteve a cargo da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) Centro, tendo sido desenvolvido por um grupo de trabalho composto pela Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, pelos seis municípios que integram o parque, pela Universidade da Beira Interior, o Politécnico da Guarda, a Associação Geoparque Estrela, bem como o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e a Agência Integrada de Fogos Rurais, laboratórios colaborativos e várias outras entidades relevantes da região.

Tratou-se de um programa realizado no território, resultante do trabalho de 68 entidades da região. Com uma dotação de 155 milhões de euros, inclui projetos muito importantes nas áreas do ambiente e do ordenamento do território, florestas, proteção civil, economia, turismo, cultura e agricultura.

Porém, o que sabemos é que o interior não tem sido uma prioridade para este Governo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi para o outro?!...

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Não há uma visão estratégica para o interior.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É extraordinário...!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Quer no Programa do Governo, quer na proposta do Orçamento do Estado, o interior não é uma prioridade para este Governo. E a serra da Estrela é apenas um exemplo da inação do Governo para o interior. Mais de seis meses volvidos desde a tomada de posse do atual Governo, a única iniciativa que se conhece sobre este assunto constitui na realização de uma reunião com os municípios do Parque Natural, não havendo no terreno qualquer evolução deste programa.

Ora, é perante a inação do Governo sobre a serra da Estrela que instamos o Governo a implementar o Programa de Revitalização da Serra da Estrela, dando continuidade aos projetos que foram lançados e aos investimentos que estão programados para esta região única de Portugal. O Programa de Revitalização da Serra da Estrela não pode estar parado, o interior e a serra da Estrela não podem ficar para trás e têm, portanto, de estar no mapa das prioridades do País, ao contrário do que este Governo tem feito.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a Mesa regista duas inscrições para lhe pedir esclarecimentos e recebe indicação de que responderá em conjunto.

Para formular um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, do Chega, que dispõe de 2 minutos para o efeito.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Fazenda, em 50 anos, a serra da Estrela sofreu graves incêndios que provocaram perdas significativas na propriedade, no património florestal e animal e reduziram a riqueza e a biodiversidade locais.

Em 2022, arderam cerca de 28 000 ha, o que ultrapassou a área ardida de 2017, ano que, espero, nunca se apague da memória do Partido Socialista.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Após o maior incêndio em quase cinco décadas, o que fez o Governo anterior? Aplicou um penso rápido e, claro, nomeou um grupo de trabalho constituído por 68 entidades. Repito: 68 entidades!

Obviamente que só em 2024 houve resultados, através de uma resolução do Conselho de Ministros — cinco dias após as eleições, quando o povo português já tinha escolhido outro Parlamento e tinha relegado o PS para a oposição —, à boa maneira socialista: decisões tardias e a tentar condicionar governos futuros.

Aplausos do CH.

Hoje, num exercício de cinismo e de hipocrisia política, vem esse partido recomendar ao Governo em funções que faça o que, enquanto Governo, não teve vontade ou capacidade de fazer,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — ... ainda que o atual pouco tenha feito.

Aplausos do CH.

Sr. Deputado, uma questão direta: admite que este projeto de resolução mais não é do que a assunção da incapacidade do Partido Socialista...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — ... em governar para além de boas intenções plasmadas num papel e, claro, da criação de grupos de trabalho? O povo português quer e merece muito mais do que as ilusões que lhe oferecem, e nós, no Partido Chega, não o iremos desiludir.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira, do PSD, tem 1 minuto e 59 segundos para um pedido de esclarecimentos.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quando em 2022 o País assistia à devastação da serra da Estrela, a então Ministra, e hoje aqui Deputada, Mariana Vieira da Silva, prometia que a serra, após os incêndios, ficaria melhor do que estava. Aliás, é fácil de ver, estão aqui as declarações da altura.

O orador exibiu a notícia que referiu.

Srs. Deputados, isso só se foi em sonhos cor-de-rosa. Quem está no terreno e vê o que se passa na serra da Estrela percebe claramente a falta de estratégia e aquilo que o Partido Socialista fez, enquanto Governo, para a serra da Estrela. Foi uma daquelas promessas que, desde o início, não só soava a demagogia, como se percebia que se tratava de mais uma ação de propaganda.

Mas nem queria falar muito de algoritmos, porque podíamos falar sobre a sugestão de que a área ardida poderia ter sido ainda maior, como se falava, como foi dito também por um membro do Governo. E esta posição insensível, esta postura do Governo de então, demonstrava uma clara desconexão com a gravidade da situação.

Dois anos depois, a realidade fala por si: a composição e regras de funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Execução e Monitorização do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela apenas foram publicados em abril de 2024 e, até agora, a reflorestação e as ações de recuperação prometidas estão longe de se materializar. A serra, em vez de melhor, continua abandonada e vulnerável. E não venham com a narrativa de que «agora somos Governo», não nos queiram enganar sobre esta matéria, porque em poucos meses estamos a fazer mais nesta matéria, claramente, do que foram capazes de fazer durante os últimos anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vir aqui pedir responsabilidade por esses meses tem um nome: desonestidade intelectual.

Protestos do Deputado do PS Nuno Fazenda.

E pergunto: como podem justificar esta promessa vazia, de que a serra da Estrela ficaria melhor do que estava antes, quando passados dois anos, na prática, o terreno permanece abandonado e as ações de recuperação são quase inúteis?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Nuno Fazenda, tem 3 minutos para responder.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, agradeço as questões colocadas pelos colegas.

Sr. Deputado Hugo Oliveira, começo pela sua questão, e também fazendo uma nota sobre a primeira intervenção da Sr.^a Deputada do PSD. Quando falava que a resposta foram promessas vazias, foram apenas palavras, a verdade é que tenho de vos recordar, Sr.^a Deputada e Sr. Deputado, que logo na altura o Governo respondeu de forma imediata e aprovou 200 milhões de euros para a serra da Estrela, de resposta imediata para as pessoas.

O orador exibiu uma notícia.

Mas posso-lhe mostrar também a notícia de outra época, com a contratualização de investimentos nos municípios da região — tudo à data, à época.

O orador exibiu a notícia a que se referiu.

O que lhe quero mostrar é, precisamente, a concretização de medidas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém consegue ler!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Segundo ponto: estratégia de longo prazo. Nós não fazemos um plano a partir de um gabinete; ele foi construído no território, com as entidades e com as regiões. E esse plano, que mobilizou 68 regiões, é um projeto chave na mão, que identifica projetos, investimentos e fontes de financiamento. Mas a verdade é que agora o Governo é que tem de assumir se o faz ou não.

Protestos de Deputados do PSD.

Aliás, era importante saber quando é que este Governo começa a assumir a sua responsabilidade. É desde que tomou posse? É passado um mês? Passados três meses? Passados seis meses? É que não assume nenhuma responsabilidade, Sr.^a Deputada!

Aplausos do PS.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — E os autarcas?

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Mas há uma coisa que tenho de lhe dizer, sabe? É que, além de no Programa do Governo haver uma ausência relativamente ao interior, já no Orçamento do Estado também temos um exemplo. Sabe o que é que é dito no Orçamento do Estado sobre isto? Diz assim: «Promover novas medidas para o interior, incluindo o início do Programa de Revitalização da Serra da Estrela». Sabe qual é o investimento que nós tínhamos no programa aprovado pela própria região? Cento e cinquenta e cinco milhões. Sabe quanto é que os senhores propõem? Quase 1,5 milhões de euros. Vocês vão descontar o dinheiro, é?

Protestos do PSD e contraprotestos do PS.

No Orçamento vão cortar 154 milhões à serra da Estrela? É essa a vossa prioridade para o interior? Ou enganaram-se, é um lapso e vão corrigir? Se calhar, vão corrigir!

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Não, estes 200 milhões são de resposta imediata, Sr. Deputado, tem de ler os papéis! Tem de ler os papéis. Portanto, a vossa resposta para o interior e para a serra da Estrela é de 1,5 milhão de euros.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ah! Já percebi!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Por isso, esse é um ponto que vale a pena ter presente.

Aplausos do PS.

Os senhores têm de assumir as vossas responsabilidades e não estão a assumi-las, esse é que é o problema.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Quanto ao Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, devo dizer-lhe que neste momento há um plano que foi feito, foi concebido — e deixámos o Orçamento pronto para isso, razão pela qual até deixámos um excedente orçamental para este Governo inaugurar também as obras do anterior Governo — e, por isso, aqui é uma opção política, há uma escolha política.

Risos do Deputado do PSD Hugo Patrício Oliveira.

E este Governo decide não apoiar o interior nem a serra da Estrela, conforme está no Programa do Governo e conforme está no Orçamento do Estado. E isso, pelo PS, nunca passará. Nós estaremos cá para estar atentos à defesa do interior e à defesa da serra da Estrela.

Aplausos do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vote contra!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção de 2 minutos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ainda bem que os ânimos estão animados em relação a este tema, já que o tempo tem passado e, na verdade, nada tem sido feito, infelizmente, em prol da serra da Estrela.

Vozes do PSD: — Oh!...

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Oh, porquê?...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com esta é que nos tramou! Então, não estava tudo feito?!...

O Sr. **Presidente:** — Olhem que o tempo passa também.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Pelo Sr. Deputado e *líder* da bancada parlamentar que sustenta o Governo, tenho a certeza, então, de que será uma prioridade para o PSD, e cá estaremos para cobrar isso mesmo daqui a uns tempos.

Entre 2017 e 2021, não podemos esquecer-nos de que ardeu um quarto do Parque Natural da Serra da Estrela e em 2022 esta zona voltou a ser fustigada por um dos maiores incêndios de que há registo em Portugal. Falamos de 28 000 ha da floresta e 25 % do Parque Natural da Serra da Estrela, que acabou por se tornar o sexto maior incêndio desde que há registo.

Não é, por isso, surpreendente para nenhuma das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados, quando sabemos e dizemos que Portugal tem um grave problema com incêndios, em particular também em zonas de especial relevância natural, afetando não só a biodiversidade como também a fauna selvagem, que acaba por ficar sem refúgio e sem capacidade de reprodução ou até mesmo renaturalização da floresta.

Não podemos ignorar os esforços da população que foram feitos, e até os alertas que desde essa altura nos têm dado, na necessidade de renaturalizarmos, protegermos e promovermos a fixação dos solos. Isto levou, na altura, em 2022, após a aprovação de uma resolução do Conselho de Ministros, à fixação de um objetivo de renaturalização da área. No entanto, a mesma voltou a arder este ano, pondo em causa não só todos estes esforços, como tornando evidente que a nossa política florestal tem de sofrer uma profunda alteração de paradigma. Basta olharmos para a vasta área ardida e perceber que temos uma monocultura quer do pinheiro, quer de outras árvores resinosas, como é o caso do eucalipto, para perceber que precisamos de ter um mosaico biodiverso que permita travar os incêndios, como foi o caso em determinadas zonas com os soutos de castanheiros.

Por isso mesmo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a defesa da floresta, no nosso entender, não deve ter nem cor partidária, nem preconceitos ideológicos. Acreditamos que a proteção da floresta, em particular da serra da Estrela, deve ter, de facto, o compromisso de todas e de todos e, por isso mesmo, com este projeto de resolução que tem em vista o restauro ecológico urgente da serra da Estrela, até alinhado com os compromissos da União Europeia e a própria lei do restauro europeu, deve ser um passo e permitirmos, assim, que, em especialidade, também trabalhem neste mesmo sentido.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, dispõe de 4 minutos para intervir.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente: Há momentos, neste Hemiciclo, que nos recordam que para o ano temos eleições autárquicas. Creio que ao que assistimos há pouco foi a um desses alertas.

No verão de 2022, o Parque Natural da Serra da Estrela foi afetado arduamente. Foi um dos maiores incêndios que o País conheceu, como aqui já foi recordado, o sexto em contexto rural desde que há registo.

O fogo lavrou 25 % da área do Parque Natural, teve um fortíssimo impacto negativo na fauna, na flora, nas populações e na atividade económica que se desenvolve no Parque.

A resposta a esta catástrofe tardou. É difícil acreditar, mas foi mesmo assim. O Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela só foi publicado em março deste ano, cinco dias após as eleições legislativas, e não devia ser assim. Agora é preciso garantir que há uma execução do plano acelerada e que se cumpre o que ele determina.

Por outro lado, ele tem de ser melhorado. A renaturalização deve assegurar a substituição das espécies florestais invasoras e exóticas, como o eucalipto,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS): — Lá está! A culpa é sempre do eucalipto!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... por espécies autóctones que tornem a floresta mais resiliente, garantir mosaicos paisagísticos que travem o avanço do fogo; serviços de ecossistema que remunerem as atividades económicas que tenham impacto positivo no território, como a apicultura, a pastorícia, a agricultura; que se reforce a contratação de vigilantes da natureza, garantindo aos mesmos a devida valorização remuneratória e a revisão das suas carreiras, porque eles são essenciais na prevenção dos incêndios florestais e na proteção de todo o ecossistema do Parque Natural da Serra da Estrela.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português. Dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Parque Natural da Serra da Estrela, com uma superfície superior a 89 000 ha, é uma das mais importantes áreas protegidas do País, com um conjunto muito significativo e rico de valores, de paisagem, de morfologia peculiar, de fauna e de flora, num extraordinário mosaico de *habitats* que suportam inúmeras espécies protegidas ou em perigo de extinção e endemismos de extrema importância.

Mas também é o território de uma economia de montanha muito característica, com destaque para produtos únicos como o queijo e a lã, habitada há milénios pelo homem, que sempre soube utilizar o melhor da natureza, que vive no e do seu berço, e em boa parte tem moldado e fruído da sua paisagem.

Este parque natural e a sua envolvente têm sido pasto de severos incêndios rurais nos últimos anos, em particular em 2022, e com destaque para o que deflagrou em 2 de agosto e foi extinto somente 28 dias depois, tendo o fogo lavrado em mais de 27 300 ha nesta área protegida e em locais limítrofes, somados às vastas porções ardidadas em vários outros sinistros nesse verão. Mais de um quarto da superfície deste parque foi atingida.

Ainda hoje é imperioso responder às consequências dos incêndios, preparando e executando um conjunto de medidas de planeamento e de gestão do território, integrado no Parque Natural da Serra da Estrela, para o que o PCP propõe a adoção de um programa de valorização nas dimensões ambiental, social e económica.

Desse programa, salienta-se a reposição do potencial produtivo, a valorização das áreas com maior valor conservacionista e a erradicação de espécies invasoras, bem como o reforço da capacidade do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, designadamente com a colocação de profissionais em falta, o reforço de técnicos superiores, a cobertura das necessidades em sapedores florestais e uma alteração estrutural no parque natural.

Trata-se de dotá-lo de uma estrutura orgânica com direção própria, ligada ao território e às populações. Em coerência com o projeto de lei do PCP, já apresentado nesta Assembleia, uma solução com a qual o Governo parece, aliás, estar em sintonia, pelo menos em parte, ao prever para 2025 os restabelecimentos de órgãos de gestão alocados a cada uma das áreas protegidas.

Propõe-se também o desencadeamento do processo de revisão do plano de ordenamento do parque, que inclua a avaliação das alterações no uso do solo e de atividades económicas não tradicionais; e a identificação e quantificação das pressões e das ameaças aos valores naturais.

Destacamos, por fim, a criação de um regime de apoio excecional para o efetivo pecuário da ovelha bordaleira, da produção de leite e queijo da Serra da Estrela, que deve abranger, designadamente, a perda de rendimentos pela diminuição da qualidade, devido à destruição ou degradação das pastagens tradicionais.

Estas são algumas das contribuições do PCP para valorizar e proteger a Serra da Estrela. Oxalá nos acompanhem!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP. Dispõe de 4 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, confesso que esperava que este debate sobre o Parque Natural da Serra da Estrela, a sua importância e sua singularidade fosse mais pacífico e que não tivesse os momentos surreais que já teve, mas lá iremos.

Nós discutimos a realidade do Parque Natural pelas piores circunstâncias, que é o facto de o mesmo ter sido fustigado por vários grandes incêndios, dois deles nos últimos tempos, em 2017 e 2022, sendo que o de 2022 foi o maior dos últimos 48 anos, tendo ardido cerca de 25 % da área do Parque Natural.

Aquilo que fez o anterior Governo, do nosso ponto de vista — isto sem querer gerar polémica —, foi insuficiente, porque demorou e não conseguiu concretizar o que acabou por propor. Tendo usado a tática do costume, que é fazer um grupo de trabalho, meter lá todas as entidades possíveis e imagináveis e demorar todo o tempo do mundo, conseguiu que o Governo acabasse antes de os trabalhos do grupo de trabalho terem alguma consequência — o que é obra! O Governo do Partido Socialista acabou antes de a solução que o Governo do Partido Socialista tinha pensado tivesse produzido algum efeito.

E eu acho que os momentos surreais do debate aconteceram exatamente porque o Sr. Deputado Nuno Fazenda, perante isto, o que consegue dizer é que o interior estava extraordinário e que este Governo, em seis meses, conseguiu dar cabo do interior.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Não foi isso que eu disse!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, eu dir-lhe-ia que nós temos a humildade de reconhecer que em seis meses não conseguimos mudar a situação do interior. E até lhe digo outra coisa, com toda a humildade também: mesmo nos quatro anos de um mandato é difícil que se consigam resolver todos os problemas estruturais do interior de Portugal, que são profundos, graves, permanentes e que — mais uma vez, manda a humildade que todos reconheçamos — já todos tentámos resolver no passado e, infelizmente, os resultados não acompanham principalmente os anseios daqueles que ainda lá estão e resistem, mas também daqueles que, entretanto, tiveram de sair e gostavam de não ter saído. Portanto, não vale a pena estarmos aqui com polémicas a esse nível, vale a pena pensarmos nas soluções. E eu acho que é isso que fazem todos os projetos que aqui discutimos, incluindo o do CDS.

O Partido Socialista, embora tardiamente, divulgou o seu Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. Qual é a interpretação que nós e as outras bancadas fazemos? A Sr.^a Deputada Dulcineia, na sua apresentação inicial, também falou disso: entendemos que um plano de revitalização, atendendo às circunstâncias específicas daquela área, sem ser articulado com um plano de reflorestação, é insuficiente.

E, portanto, aquilo que propomos não é fugir à responsabilidade. Perguntam: quando é que assumem a responsabilidade? Já! E não só assumimos a responsabilidade que o Partido Socialista nos deixou, como estamos a acrescentar responsabilidade, porque estamos a dizer que nos propomos a concretizar o Programa de Revitalização e queremos acrescentar um plano de reflorestação, pelo qual também seremos responsáveis.

Acho que aí deveria haver um consenso suficiente para percebermos que, se conseguirmos fazer isto, será, certamente, mérito de todos e, acima de tudo, mérito de uma população que merece uma atenção que muitas vezes não teve e de uma região que merece também um investimento que outras tantas vezes não teve no passado.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre. Dispõe de 4 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Serra da Estrela não é só o ponto mais alto de Portugal continental, não é só o sítio onde mais neva neste País onde quase não neva, é também uma zona única de rara beleza paisagística, biológica e geológica no nosso País. Inclui uma importante parte de três bacias hidrográficas, o Douro, o Tejo e o Mondego, e inclui os únicos vales glaciares que temos. Faz parte do imaginário e da vida de todos nós. Foi classificada como Parque Natural em 1976, o que tem sido importante para a sua proteção e promoção de destino da natureza, mas tem vindo a enfrentar pressões que ameaçam a sua integridade ecológica e a vida e o modo de vida das pessoas que vivem na e da Serra da Estrela.

Os efeitos das alterações climáticas, a ocorrência cada vez mais frequente e devastadora de incêndios, a degradação dos *habitat* e a pressão humana colocam em risco a sua biodiversidade. Nós temos espécies únicas na Serra da Estrela, como por exemplo a lagartixa da montanha, e estão inventariadas 250 espécies de vertebrados terrestres e aquáticos e mais de 2100 espécies de invertebrados, muitas das quais possuem o estatuto de conservação prioritário a nível europeu. A fauna de invertebrados da Serra inclui o maior número de espécies de todas as áreas protegidas portuguesas. Em agosto de 2022, os incêndios afetaram 28 000 ha na região, 25 % dentro do Parque Natural da Serra da Estrela. Este incêndio teve um impacto devastador, a que se devia ter seguido um imediato e ambicioso plano de restauro.

O plano de revitalização veio tarde, mas veio. E tem de ser implementado já, mas pode e tem de ser melhorado. Numa região em que o sucesso de qualquer política de revitalização e valorização dependerá sobretudo das pessoas que a ocupam, envolver as entidades relevantes não só é uma questão de justiça e de participação pública de qualidade, como também torna mais forte o processo de recuperação e conservação da Serra da Estrela. Envolver as entidades não-governamentais locais não pode ser só uma formalidade, são fontes de informação e de conhecimento técnico muito valioso que devem ser integradas no processo de implementação do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela.

O Livre defende que a implementação deste Programa deve assegurar que quaisquer intervenções não comprometem a sua integridade ecológica. É essencial que as estratégias de revitalização incluam medidas de preservação de *habitat* nativos e a recuperação de áreas degradadas, garantindo a adaptação às alterações climáticas e evitando a implementação de projetos às custas de mais degradação, porque o desenvolvimento económico só é sustentável se for ambientalmente sustentável também.

Temos de apostar numa regeneração baseada na natureza, em colaboração com as entidades regionais e científicas, e desenvolver e implementar um programa de gestão de combustível nas faixas primárias e incluir a introdução de herbívoros silvestres, como a reintrodução da cabra-montês, do cavalo de raça garrana e do veado.

Importa também que o grande montante de 155 milhões de euros alocados a este Programa não seja destinado apenas ao desenvolvimento e construção de infraestruturas que possam ter impactos significativos na natureza. Nós priorizamos — e muito — a importância de fixar pessoas no território e permitir-lhes fazê-lo com qualidade de vida, porque só assim ele será valorizado e protegido.

O Livre considera que é fundamental apostar no desenvolvimento económico e tecnológico que respeite e valorize os recursos naturais únicos da região e incentivar projetos que harmonizem inovação e conservação. É por isso que avançamos com a proposta de estabelecer gabinetes locais de apoio florestal que promovam a proximidade com as comunidades locais e capacitem as pessoas a vários níveis, como a desenvolver candidaturas a fundos estruturais, e colocar em prática uma gestão territorial sustentável e resiliente.

É também importante promover os produtos típicos da Serra da Estrela. Nós apelamos a um verdadeiro compromisso com a conservação da natureza e precisamos até muito mais do que um plano de revitalização económica, precisamos de um plano de restauro abrangente e sustentado que tenha como foco a revitalização ecológica, a proteção da água e da floresta e a promoção de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável para quem vive e quem quer viver na Serra da Estrela.

Temos de rejeitar a normalização da degradação, ano após ano, de um dos nossos maiores tesouros naturais. A hora de agir é agora e está nas nossas mãos implementar políticas que assegurem que este Parque Natural seja preservado para todos nós, agora e no futuro.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Dou, de seguida, a palavra ao Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal. Tem 3 minutos para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Falamos, pela enésima vez, de incêndios e das suas devastadoras consequências — populações afetadas, povoações destruídas, um País a arder. Falamos dos incêndios de setembro que assolaram o norte e o centro do País. Falamos do sétimo aniversário dos incêndios de Pedrógão. Falamos sobre os incêndios florestais na semana passada. E falamos da necessidade de gerir bem a floresta. Falamos!

Hoje, uma vez mais, falamos dos incêndios que destruíram cerca de 28 000 ha, 25 % da Serra da Estrela, zona esta que voltou a arder em setembro deste ano. E falamos também do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, aprovado em março deste ano. Mais um plano!

Organizações não-governamentais e demais sociedade civil consideram que o plano não responde às consequências dos incêndios. Falamos, apresentamos planos, vemos Portugal a arder. Voltamos a falar, apresentamos planos requentados, voltamos a ver Portugal a arder. Talvez esteja na hora de mais ação e menos conversa!

Olhemos para o Programa de Revitalização do anterior Governo: 105 milhões de euros, sendo que apenas 13 milhões, menos de 10 %, são para o restauro das áreas ardidas e de infraestruturas danificadas. De resto, esta é a típica abordagem socialista aos problemas: atirar dinheiro para cima deles. A longa lista de projetos cobertos no plano de ação mais não é do que um ato de contrição por vários anos de inação e falha no plano de ação. Falha nas queimas controladas de combustível florestal, falha no cadastro de terras, falha no incentivo ao seu emparcelamento, falha na única medida que contribui, efetivamente, para começar a solucionar o problema, que é promover a valorização económica destes terrenos.

E aqui estamos, falhado mais um plano de revitalização, a propor um novo plano de reflorestação. É caso para perguntar: porque é que não existe já um plano técnico proposto pelas autoridades competentes? Porque é que tem de ser a Assembleia da República, uma vez mais, a pedir um novo plano?

É hora de agir e hoje já é certamente tarde. E é isso que os portugueses esperam de nós: ação! É isso que este Governo tem de fazer. Depois de mais um plano, é hora de o Governo agir, olhar para a floresta de uma forma sistémica, percebendo que os incêndios são uma consequência e não a causa da má gestão florestal: a consequência de heranças indivisas, de minifúndios abandonados sem valorização económica, do abandono do interior, da desistência de muitos agricultores e, sobretudo, da inépcia do Estado na gestão da *res publica*. Desta vez, faça-se!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Ribeiro, do Chega. Tem 2 minutos e 50 segundos.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O tema que está a debate hoje é-me especialmente familiar, pois tenho o privilégio de ver, da janela da minha casa, o topo da Serra da Estrela, despida no verão e com o seu manto branco no inverno, exceto nos dias de neveiro e de incêndio.

Aproveito para expressar a minha perplexidade por ainda não haver uma forma de chegar ao topo da Serra da Estrela quando as condições atmosféricas são mais adversas. Eventualmente, isso pode dever-se a determinados interesses turísticos pouco ambiciosos, por 50 anos, que alguém se lembrou de conceder.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Quanto à reflorestação, ela deve estar idêntica ao edifício que todos devem conhecer do teleférico no alto das Penhas da Saúde: em ruínas.

Recordo, com mágoa, os incêndios, em particular o do fatídico ano de 2022. Passaram mais de dois anos! Naquela altura, ouvimos autarcas do PS, nomeadamente o Vice-Presidente da Câmara da Covilhã, afirmar que

o incêndio era uma «oportunidade» para reorganizar a Serra. Como é possível esta falta de sensibilidade de quem nos governa?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Quando um fogo deflagra de madrugada — repito, de madrugada! — e, até ao momento, ainda não conseguimos identificar o terrorista, Srs. Deputados, a culpa não é da floresta, de certeza. Foram-nos apresentados hoje diversos projetos de resolução. Porém, todos eles focados, e bem, na floresta, na biodiversidade. Mas a nossa maior preocupação devia ser para com a espécie em vias de extinção naqueles territórios — as pessoas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Como é possível, passados mais de dois anos, que a imponente estrada de Vale Glaciar continue com circulação alternada? Como é que vamos conseguir reflorestar a Serra da Estrela, que vai demorar décadas até que as árvores cresçam, se nem a estrada conseguem reparar? Com que cara, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos dizer àquelas populações que estamos a discutir aqui hoje estas matérias, mas que aquilo que estamos a discutir em nada vai mudar a vida delas nos próximos meses ou anos?

Os proprietários dos terrenos florestais, sejam os terrenos grandes ou pequenos, fazem um serviço público: retêm o carbono que lançamos para a atmosfera. Numa época em que enchemos a boca para falar de redução de emissões de CO₂, estes retêm o CO₂ da atmosfera. E que remuneração é que recebem por isso? Uma multa, porque ainda não limpam o terreno, porque não encontraram alguém para o limpar, porque não têm dinheiro para o limpar ou porque já limpam mas voltou a crescer.

Srs. Deputados, enquanto não valorizarmos e remunerarmos uma das maiores riquezas que temos no nosso País — que é a floresta, que é de todos, mas que está entregue ao cuidado de alguns —, não vale a pena irmos com planos de revitalização de 150 milhões aprovados à 25.^a hora.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Mais ainda, alguns dos projetos aqui apresentados propõem que a reflorestação seja feita com árvores autóctones. Srs. Deputados, grande parte das árvores que arderam no incêndio de 2022 eram centenárias e, assim, eventualmente, vão expor espécies mais resilientes a incêndios. Por exemplo, na zona do pinhal, árvores autóctones são pinheiros que ardem e, como nós sabemos, nunca mais param.

Bem-haja!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Ricardo Pinheiro, do Partido Socialista. Dispõe de 1 minuto e 41 segundos.

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

De facto, recordo-me de uma das grandes medidas de política que o PSD apresentou em matéria de floresta. Foi apresentada, precisamente, pelo Deputado Hugo Oliveira, a forma como o modelo de gestão, ainda no Governo do Partido Socialista, deveria mudar e introduzir-se um modelo de capacitação onde houvesse, de facto, uma figura que olhasse para territórios como o da Serra da Estrela. Sobre a direção das áreas de cogestão, foi um projeto de lei apresentado pelo PSD, aprovado pelo Partido Socialista, o qual me parece fundamental, nestes seis meses de Governo, que o Governo do PSD o ponha em prática o mais rapidamente possível.

A forma como olhamos para um flagelo como foi o fogo da Serra da Estrela é preocupante, mas, de facto, introduzir as medidas de mitigação é absolutamente urgente em relação às próximas gerações de mulheres e homens que residem naquela região.

Na última reunião, presidida pelo Sr. Ministro da Agricultura, em que o Governo do PSD apresentou as suas medidas estruturais em relação à política estratégica da política agrícola comum, fiquei extraordinariamente

preocupado, enquanto socialista, quando não foi o meu espanto ver a apresentação de um corte de 50 % em relação à reflorestação de terras agrícolas e não agrícolas. Falamos da reflorestação de toda a floresta autóctone à escala nacional, por exemplo da prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos e da introdução do mosaico florestal, e o Governo do PSD apresenta um corte de 50 %.

A forma como olhamos para o passado é importante, mas mais preocupante do que tudo isto é perceber como introduzimos recursos financeiros e programáticos para valorizar um ativo tão importante como é a Serra da Estrela e a floresta portuguesa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Terminaram as nossas intervenções, por isso vamos passar ao encerramento do debate.

Pausa.

O Sr. Deputado Nuno Fazenda está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, temos aqui alguma documentação para distribuir: evidências dos apoios aprovados à época para a Serra da Estrela, mais de 200 milhões de euros, e dos contratos assinados também à época. Pedimos também para distribuir um excerto do relatório do Orçamento do Estado, onde estão inscritos 1,5 milhões de euros para a Serra da Estrela, sobre um plano que tinha 155 milhões de euros previstos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Eu até julguei, dada a proximidade, que o PS e o PSD tinham feito a troca dessa documentação e que evitavam que a Mesa tivesse de a distribuir. Mas, enfim, política.

Risos do PSD e da IL.

Faça o favor de fazer chegar à Mesa essa documentação, e será distribuída. Se o PSD também quiser fazer distribuição inversa, fá-la-emos.

Para encerrar o nosso debate, tem a palavra a Sr.^a Deputada Dulcineia Catarina Moura, que dispõe de 2 minutos e 26 segundos.

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do PSD regista com grande satisfação a preocupação de todos os grupos parlamentares com a reflorestação do Parque Natural da Serra da Estrela e também a solidariedade que hoje ficou aqui patente em relação aos agentes locais da Serra da Estrela, apesar de algumas considerações pouco sérias que foram aqui tecidas. O que é certo é que foram anos de promessas por cumprir e muita burocracia.

Registamos ainda que, no âmbito da proposta do Orçamento do Estado para 2025, surgem sinais de uma evidente mudança que é mesmo muito bem-vinda. Saliento, por exemplo, o plano de intervenção para a floresta, que é um plano interministerial e que está a ser desenvolvido com metas, com objetivos e com mecanismos de monitorização. Sublinho uma nova forma de trabalhar, um novo modelo de gestão mais próximo e atento às necessidades locais e uma aposta na presença constante no terreno.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com este projeto de resolução hoje debatido será possível alcançar resultados de plantação que permitam corresponder aos efeitos das alterações climáticas e, sobretudo, são valorizados quer o diálogo quer o consenso, tão necessários com os agentes locais.

É chegado o momento de inverter um ciclo de promessas vazias e de hipocrisia. A Serra da Estrela é um exemplo de resiliência e tem de ser um exemplo de recuperação. Faço um apelo à Assembleia e ao Governo: vamos transformar a inoperância deixada pelo passado em resultados tangíveis.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Só assim poderemos finalmente afirmar que fizemos alguma coisa pela Serra da Estrela.

Permitam-me, ainda, que registe que Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas, Seia e toda a região das Beiras e da Serra da Estrela, para além de serem uma prioridade do atual Governo, têm necessariamente de ser uma prioridade no seio deste Parlamento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Está terminado este ponto da ordem de trabalhos.

O Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira dará indicação de quem esteve presente remotamente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, participaram nos nossos trabalhos, por videoconferência, a Sr.^a Deputada Olga Freire, o Sr. Deputado Hugo Carneiro e o Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, todos do Parlamentar do Partido Social Democrata.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Amanhã, o primeiro ponto da ordem do dia será a discussão das seguintes iniciativas: Projetos de Lei n.ºs 101/XVI/1.^a (L) — Aprova a carta dos direitos da cidadania sénior, 307/XVI/1.^a (PAN) — Aprova a carta dos direitos da pessoa idosa e 312/XVI/1.^a (PCP) — Cria uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 347/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que tome medidas que contribuam para a consciencialização e prevenção da violência e outros crimes praticados contra pessoas idosas, 348/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que tome medidas de combate ao idadismo em Portugal, 358/XVI/1.^a (BE) — Criação de respostas públicas na área do envelhecimento, reconhecimento do direito ao cuidado e reforço dos direitos de cuidadores e 364/XVI/1.^a (PCP) — Pelo reforço da rede de equipamentos e serviços de apoio aos idosos e valorização das associações de reformados, pensionistas e idosos.

Segue-se a discussão das seguintes iniciativas: Projetos de Lei n.ºs 4/XVI/1.^a (PCP) — Aprova o regime especial de proteção da habitação arrendada, 5/XVI/1.^a (PCP) — Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação, 142/XVI/1.^a (CH) — Cria a contribuição de solidariedade temporária sobre o setor da banca, para fazer face à escalada inflacionista de preços no setor da habitação, 306/XVI/1.^a (PAN) — Proceda à alteração ao Regime do Arrendamento Urbano e prevê a não-discriminação no acesso à habitação e 320/XVI/1.^a (L) — Alarga os apoios às famílias para pagamento da renda e da prestação de contratos de crédito e protege as pessoas em vulnerabilidade habitacional, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 346/XVI/1.^a (PAN) — Pela inclusão dos contratos celebrados após 31 de dezembro de 2011 no âmbito da dedução de encargos com juros de dívidas contraídas no âmbito de contratos de crédito à habitação, prevista nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 78.º-E do Código do IRS, 360/XVI/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo que crie um mecanismo de controlo de rendas para defender o direito à habitação e 372/XVI/1.^a (L) — Recomenda a regulamentação do Fundo de Emergência para a Habitação.

No terceiro ponto da ordem do dia serão discutidas as seguintes iniciativas: Projetos de Lei n.ºs 205/XVI/1.^a (BE) — Altera o regime de atualização anual das pensões da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, 305/XVI/1.^a (PAN) — Assegura a atualização das pensões no ano seguinte ao da sua atribuição e garante a equiparação dos valores de referência do complemento da prestação social para a inclusão e do complemento solidário para idosos, alterando o Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de Outubro, e a Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, 313/XVI/1.^a (PCP) — Melhora as condições de atribuição do Complemento Solidário para Idosos e altera a regra do mecanismo de atualização anual das pensões, 314/XVI/1.^a (CH) —

Procede à atualização dos rendimentos que devem ser considerados para efeitos de cálculo do montante pago a título de Complemento Solidário para Idosos, 316/XVI/1.^a (L) — Estende aos novos pensionistas a atualização anual das pensões do regime da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações e 344/XVI/1.^a (PAN) — Pelo alargamento dos beneficiários dos Benefícios Adicionais de Saúde.

De seguida, no quarto ponto, estarão em discussão as iniciativas que se seguem: Projetos de Resolução n.ºs 294/XVI/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo medidas de reforço no âmbito da ação social escolar no ensino superior e 152/XVI/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a abertura de concursos para a contratação de doutorados para posições permanentes da Carreira de Investigação Científica nos Laboratórios de Estado, em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs 311/XVI/1.^a (PCP) — Medidas de apoio aos estudantes no ensino superior no âmbito da Ação Social Escolar e 317/XVI/1.^a (L) — Determina o dever de as instituições de ensino superior disponibilizarem serviços de saúde mental aos estudantes e com os Projetos de Resolução n.ºs 342/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a aprovação de medidas de combate ao abandono do Ensino Superior, 343/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que elabore um estudo nacional sobre os custos de aquisição de material académico no Ensino Superior e que crie um suplemento que suporte estes custos, 345/XVI/1.^a (PAN) — Pela disponibilização de fundos públicos para ação social indireta a todas as instituições de ensino superior públicas sob a forma de fundações públicas com regime de direito privado, 365/XVI/1.^a (PCP) — Integração dos trabalhadores dos Laboratórios do Estado na carreira de investigação científica, 367/XVI/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que estenda as medidas de Ação Social Escolar aos alunos carenciados que frequentam o Ensino Particular e Cooperativo, 371/XVI/1.^a (L) — Recomenda a equidade salarial entre investigadores dos Laboratórios do Estado, da FCT e a criação de um Fundo Estratégico para a Ciência e Tecnologia, 375/XVI/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à abertura de concursos para contratação para posições permanentes da carreira de investigação nos laboratórios do Estado e 376/XVI/1.^a (BE) — Promover o acesso ao ensino superior e reforçar a ação social escolar.

Finalmente, no quinto e último ponto discutir-se-ão as seguintes iniciativas: Projetos de Resolução n.ºs 57/XVI/1.^a (PAN) — Pela aprovação de um programa de melhoria do atendimento e acompanhamento das vítimas violência sexual no Serviço Nacional de Saúde e 271/XVI/1.^a (PAN) — Pela aprovação de medidas de prevenção e combate à violência sexual com base em imagens, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 308/XVI/1.^a (CH) — Altera a lei penal no sentido de atribuir maior proteção às vítimas de crimes sexuais e prevenir situações de revitimização em contexto judicial e de acesso à saúde, 318/XVI/1.^a (L) — Cria um plano nacional de promoção da segurança digital e presencial de crianças e jovens, 319/XVI/1.^a (L) — Introduce o crime de ciberviolência e 321/XVI/1.^a (BE) — Proteção das vítimas de violência sexual com base em imagens (altera o Código Penal e o Código do Processo Penal) e com o Projeto de Resolução n.º 362/XVI/1.^a (PCP) — Medidas de prevenção da prática de crimes de disseminação não consensual de conteúdos íntimos

Bom descanso e até amanhã.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 24 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.